

Liliane Feitoza



Informação para quê?



Liliane Feitoza

Informação para quê?

Editor

Lécio Cordeiro

Capa, projeto gráfico,
editoração eletrônica e
ilustrações
Box Design Editorial

Revisão de texto

Suélen Franco
Consultexto

Fizeram-se todos os esforços para localizar os detentores dos direitos dos textos contidos neste livro. A editora pede desculpas se houve alguma omissão e, em edições futuras, terá prazer em incluir quaisquer créditos faltantes.

Impresso no Brasil

Reprodução proibida.
Art. 184 do Código Penal
e Lei nº 9.610, de 19 de
fevereiro de 1998.

Direitos reservados à
Editora Prazer de Ler Ltda.
CNPJ: 14.605.341/0001-03

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Feitoza, Liliane
Informação para quê? : 6º ano / Liliane
Feitoza. -- Recife, PE : Prazer de Ler, 2023.

ISBN 978-85-8168-823-7

1. Informação - Fontes 2. Língua portuguesa
(Ensino fundamental) 3. Pesquisa I. Título.

23-149193

CDD-372.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua portuguesa : Ensino fundamental 372.6

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253-0

ISBN aluno: 978-85-8168-823-7
ISBN professor: 978-85-8168-851-0

Apresentação

A Internet ampliou, e muito, a quantidade de informações disponíveis. Hoje, podemos saber, ao vivo, o que acontece do outro lado do mundo, na nossa cidade, nas cidades vizinhas e no Brasil. E não para por aí. Também podemos saber o que se passa com nossos amigos, com os amigos dos nossos amigos, com desconhecidos e até mesmo com famosos. É tanta informação sendo transmitida que se tornou um desafio saber no que prestar atenção.

Por um lado, as muitas informações parecem apontar para a diversidade e para a garantia da liberdade de expressão; por outro, esse mesmo fenômeno atrai críticas ligadas à superficialidade e à baixa qualidade das informações produzidas. Diante disso, cabe perguntar: para que precisamos de informação? De que informação precisamos? Como podemos obtê-la?

Este livro se volta para essas questões e tenta respondê-las de maneira simples e descomplicada. A simplicidade se deve ao assunto, já que falar de informação é falar de impulsos que nos rodeiam e que conduzem o nosso dia a dia. Mas a simplicidade é também uma obrigação: em meio a tantas informações e estímulos, é necessário falar do que importa.



Sumário

Começo de conversa	5
Por que a informação é um direito fundamental?.....	9
Os direitos da informação	11
A base da liberdade de expressão e da participação social.....	19
Agora é sua vez!.....	21
As relevâncias do jornalismo	26
Ordem pública e ordem privada	27
Agora é sua vez!.....	42
Como estar bem informado?.....	48
Um mar de informações	49
Comece pelo importante e siga para o interessante.....	55
Agora é sua vez!.....	59
O fim e o recomeço.....	63
Referências.....	64



klyaksun/stock.adobe

Começo de conversa



Que levante a mão quem nunca passou pela terrível situação de não ter o que dizer. Aqueles minutos, que parecem horas, em que você está diante de alguém que conhece pouco ou nada e não sabe como puxar assunto. Você ainda tenta, pergunta sobre filmes, seriados, esportes, disciplina preferida, mas nada parece conectar vocês. Os filmes e seriados de que a pessoa gosta, você nunca viu; os esportes, você não entende; e a disciplina preferida é justamente a que não te anima.

O silêncio constrangedor segue, e você chega a pensar em usar a estratégia da sua mãe de comentar sobre o tempo: como está quente demais ou frio demais, mas... e depois? Além disso, um dos seus amigos sempre diz que falar sobre o tempo é o cúmulo da falta de assunto. E se a pessoa pensar isso também? Você não quer que seu possível futuro amigo pense que você não é bom de papo. O que fazer então? Mentalizar para que a hora passe depressa e esperar que um terremoto comece naquele exato momento ou cavar um grande buraco e se enterrar nele?

Esses momentos são muito diferentes dos encontros com amigos. Eles são o oposto. Com os amigos, nós sempre temos assunto, e é até difícil parar de falar. Mas qual seria o motivo da diferença? Costumamos pensar que é tudo questão de afinidade, mas a verdade é que todos temos amigos que não são tão parecidos conosco e, algumas vezes, a discordância pode gerar as melhores conversas. Sem dúvida, o silêncio constrangedor é, em parte, resultado de uma timidez inicial, que dificulta trocar as primeiras palavras. Mas, no exemplo dado, as primeiras



freepik.com

Quem já passou por um grande vexame sabe muito bem o que é a sensação de uma chama se acendendo sob a pele, o fogo subindo do peito ao topo da cabeça, as bochechas subitamente rosadas e as orelhas vermelhas como rabanetes.

Diante disso, psicólogos evolucionistas estão descobrindo que essa sensação pode ser essencial para o nosso bem-estar. Para descobrir a resposta por trás dessa teoria, acesse o código a seguir.



O surpreendente lado bom de passar vergonha
BBC News Brasil

palavras já tinham sido trocadas, você tinha perguntado àquela pessoa sobre as preferências dela. Nessa situação, um dos possíveis problemas foi a falta de informação.

Se os filmes e seriados preferidos da pessoa fossem os mesmos que os seus, você provavelmente ficaria mais confortável com o que dizer. Ou se tivesse perguntado sobre outros assuntos, como jogos de computador, viagens ou sobre os irmãos, poderia descobrir uma série de assuntos possíveis. Imagine descobrir que a pessoa está jogando o mesmo jogo que você e que está presa há dias na mesma fase. Aí, certamente, não faltaria assunto. Vocês poderiam trocar experiências, contar dos avanços e até pensar juntos na solução. Ou imagine descobrir que a pessoa é o irmão mais velho da casa e que também tem de levar o irmão menor para todos os lugares. Nesse caso, daria para contar histórias sobre o que seus irmãos fizeram, sobre situações constrangedoras e engraçadas.

Dessa história toda, podemos concluir que ter informação nos ajuda a ter o que dizer. Mas isso não é tudo: ter informação também nos ajuda a agir. Imagine agora que você está em um supermercado e, passando pelas estantes, percebe que o seu biscoito favorito está em uma superpromoção, por menos da metade do preço. Como você tinha algum dinheiro, resolve fazer o estoque. Vai muito feliz para o caixa, pois está comprando cinco pacotes por menos do que você pagaria em dois no preço habitual.

Quando chega sua vez de ser atendido, entretanto, o funcionário registra o produto e aparece o preço sem ser da promoção. Você fala da promoção, mas ele diz que o preço deve ter sido colocado por engano. Diante disso, o que fazer? Pense um pouco sobre isso enquanto passamos para mais uma situação.

Pense, agora, que você está andando na rua com os seus amigos, todos um pouco distraídos pela conversa, quando, de uma hora para outra, sem que alguém conseguisse evitar ou notar a tempo, você cai em um buraco. De acordo com os moradores do lugar, o buraco havia sido cavado por uma equipe da prefeitura durante a realização de serviços de manutenção, mas, ao fim do trabalho, o buraco não fora preenchido nem sinalizado. Diante dessa situação, o que fazer? Vamos explorar só mais uma situação antes de trazer as devidas respostas.

Dessa vez, você está em um ônibus, indo para a escola. Normalmente, é sua mãe quem te leva, mas, como o carro está com problemas e foi levado para o conserto, é preciso ir de transporte público. Você nem se importa muito, pois conseguiu marcar com alguns amigos para que pegassem o mesmo ônibus. Estava tudo indo bem no trajeto até que o ônibus é assaltado. Todos ficam muito nervosos, mas não ocorre nenhuma

Para+

Para saber mais sobre os direitos do consumidor, acesse o código a seguir.



5 direitos que o consumidor tem mesmo e 5 que ele só pensa que tem
UOL

agressão. Entretanto, vocês acabam entregando os celulares e o dinheiro do lanche.

Nas três pequenas histórias, estamos diante de situações desagradáveis, cada uma por motivos diferentes e com gravidades distintas. Porém, nos três casos, é comum sentir-se impotente, isto é, sem forças ou meios para agir. Por isso, ao passar por situações inesperadas, é natural que as pessoas fiquem aborrecidas, envergonhadas ou amedrontadas e não consigam tomar qualquer providência. Em outras palavras, é comum que, na primeira situação, por exemplo, as pessoas desistam da compra ou levem só o que podem pagar; que, na segunda situação, depois do acidente, a única ação seja de cuidar de possíveis machucados; e que, na terceira situação, as pessoas fiquem assustadas, evitem algumas linhas de ônibus e alguns horários ou, ainda, que formulem estratégias para proteger os próximos celulares — contanto que não tomem nenhuma atitude de risco.

Ainda que estas sejam as reações mais comuns, existem outras, possíveis e melhores. Na primeira situação, você poderia saber que, em caso de um preço mal informado ou até duplamente informado com valores diferentes, o consumidor tem o direito de comprar o produto sempre pelo menor preço. Ou seja, mesmo que um erro tenha levado a empresa a sinalizar de maneira errada o valor do seu biscoito favorito, o preço identificado — no caso, o valor promocional — é aquele que deve ser cobrado no caixa.

Em Portugal, os estabelecimentos comerciais são obrigados a ter o *Livro de Reclamações* — instrumento de defesa dos direitos do consumidor. Nele, o cliente tem o direito de fazer uma reclamação sobre o estabelecimento em que teve prejuízo. A empresa, por sua vez, é obrigada a disponibilizar esse documento sob pena de multa. O consumidor também pode ter acesso ao livro para consultar outras reclamações e, ainda, fazer elogios ou dar sugestões. Esse documento é disponibilizado tanto na forma física quanto na digital.

Para conferir como a reclamação pode ser feita pelo livro digital, acesse o código a seguir.



Tutorial Registro de Reclamação
Direção Geral do Consumidor

Livro de Reclamações

Este estabelecimento dispõe de livro de reclamações.

Entidade Competente*

Endereço*

* A preencher pelo fornecedor de bens ou prestador de serviços.

Na segunda situação, parece haver menos ainda o que fazer, afinal o problema já se concretizou: o acidente já aconteceu. Entretanto, essa situação também oferece possibilidades. Qualquer cidadão, ao sofrer danos em vias públicas por problema de tráfego urbano, como buracos, pode processar o responsável, nesse caso, o Estado ou a prefeitura.

É preciso, também, registrar um boletim de ocorrência, ter fotos do buraco e testemunhas, além do orçamento dos danos, que podem incluir os curativos, a necessidade de remédios, atendimento particular e até o comprometimento de veículos, uma vez que poderiam ter ocorrido acidentes envolvendo carros ou motos. Depois de reunir a documentação, é só procurar a justiça comum e ingressar uma ação judicial. O responsável pela via deve arcar com os custos, e a indenização ainda pode chegar a 40 salários mínimos.

Na terceira história, a conduta mais recomendável foi a correta: não reagir ao assalto. Todos sabem que tomar qualquer atitude pode ser muito perigoso. Depois do ocorrido, entretanto, é possível ter outro tipo de reação. Assim como na situação do acidente, a justiça pode ser acionada. A relação entre a empresa de ônibus, que presta o serviço de transporte, e o cidadão, que paga para se deslocar, é um tipo de contrato. Nele, não se garante apenas o deslocamento do passageiro de um local para o outro, mas que o trajeto será feito com segurança.

Quando o assalto ocorre, o cidadão pode afirmar que o contrato foi quebrado, motivo pelo qual muitos juízes entendem que é obrigação da empresa pagar indenização pelos bens perdidos e pelos danos de outra ordem sofridos. Nesse caso, também é necessário registrar um boletim de ocorrência e, na sequência, procurar o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) ou um Juizado Especial Cível (JEC).

Nas três histórias, as possibilidades de ação e a informação estão relacionadas de forma simples. Nos três momentos, as pessoas poderiam ser prejudicadas ou não serem compensadas pelo prejuízo devido ao fato de não terem informações sobre um direito ou por não saberem como agir. Não é possível reivindicar um tratamento adequado ou um cumprimento de uma norma se não soubermos que eles existem.

Assim, neste começo de conversa, já temos duas certezas: a primeira é de que as informações podem dar sustentação à nossa capacidade de participar e interagir; e a segunda é de que a informação pode fazer a diferença na maneira como agimos. Esses dois saberes já são úteis, mas ainda há muito o que falar sobre a necessidade da informação nas nossas vidas; sobre as diferenças de estar ou não informado; sobre o que é estar bem informado; e sobre os caminhos para isso. Em outras palavras, há muito mais informação para obtermos. Então, vamos lá!



No código a seguir, você poderá conhecer mais sobre os direitos que temos quando compramos produtos ou adquirimos serviços.



**Cartilha do
consumidor mirim**
Procon João Pessoa

Por que a informação é um direito fundamental?



Vamos começar com duas definições básicas: **direitos** são garantias ou benefícios que todos os cidadãos devem ter assegurados, e **deveres** são obrigações necessárias para a vida em sociedade. Assim, os direitos são importantes para certificar que os cidadãos tenham o necessário para viver, e os deveres são essenciais para garantir que o convívio com as outras pessoas e com as instituições sociais seja equilibrado. Entre os direitos que devem ser garantidos a todos os cidadãos e todas as cidadãs brasileiras está, por exemplo, o direito à educação pública, e, entre os deveres, o de ser pontual e de respeitar os professores.



Nesse caso, e em muitos outros, o acesso a direitos implica deveres, afinal de contas, você e eu não somos os únicos a ter direito à escola, por isso, é preciso garantir que o nosso direito não atrapalhe o direito dos outros. Para estabelecer o limite das nossas ações e algumas obrigações do nosso comportamento, existem os deveres. De maneira resumida, podemos dizer que direitos são benefícios conquistados pela sociedade (e para toda a sociedade) e deveres são regras necessárias para que os benefícios continuem chegando a todos.

Para+

No código a seguir, você poderá compreender um pouco mais sobre o Portal da Transparência, um importante *site* que a população pode utilizar para ter acesso às contas públicas.



Portal da
Transparência: o que
é e como funciona?
Portal da
Transparência

Audiovisual

É bem fácil e até intuitivo diferenciar direitos e deveres, mas algumas vezes tratamos direitos como se fossem obrigações e não os aproveitamos como poderíamos. Este é o caso de um direito sobre o qual falaremos bastante: o **direito à informação**.

Muitas vezes, tratamos a informação como se fosse um dever, ou seja, algo que fazemos porque é necessário, e não porque queremos. A verdade, entretanto, é que a informação é um direito, um tipo de vantagem que temos hoje e que não existia em outros tempos. Não perceber o acesso à informação como um benefício já é, por si só, sintoma de que algo está errado.

A questão se agrava ainda mais, pois o direito à informação está em um grupo específico de direitos considerados fundamentais. Quando afirmamos que um direito é fundamental, estamos dizendo, em primeiro lugar, que a garantia que ele traz é um fundamento, uma base ou um alicerce da vida digna, de forma que, sem ele, não é possível viver adequadamente; e, em segundo lugar, estamos indicando também que esse direito interfere em outros direitos.

Pense no alicerce de uma casa: se ele não estiver bem construído, as paredes, o teto e tudo mais ficam em risco, mesmo que tenham sido bem-feitos. Não faz sentido construir paredes bem reforçadas sobre um alicerce frágil, pois, se ele desmoronar, tudo desmorona.

É uma espécie de círculo virtuoso: quando um direito fundamental se realiza, ele não só confere dignidade, mas também ajuda a garantir outros direitos que proporcionam ainda mais dignidade. Em sentido oposto, há um círculo vicioso quando direitos fundamentais não se realizam, pois a falta deles compromete a dignidade das pessoas e ainda interrompe a obtenção de outros direitos, e a ausência de cada um atrapalha ainda mais a vida digna dos cidadãos.

Podemos afirmar, então, que o direito à informação é fundamental no exercício da cidadania. Por definição, **direito à informação** trata da garantia que todo cidadão tem de ter acesso a informações produzidas por organizações públicas ou que digam respeito à vida pública.

Agora, sabendo o que é o direito à informação e por que ele é fundamental, podemos pensar nele em duas dimensões: primeiro, na sua interferência real em outros direitos; e, segundo, na sua relação inseparável com as liberdades de expressão e de manifestação.

No filme *Erin Brockovich – uma mulher de talento*, a atriz Julia Roberts interpreta a protagonista que dá nome ao longa. Trata-se da história real de uma mulher que, ao iniciar um trabalho em um escritório de advocacia, descobre informações que vinham sendo ocultadas por uma empresa responsável por contaminar a água de uma pequena cidade. A partir de um trabalho investigativo em busca dos dados que a corporação escondera, Erin conseguiu não apenas alertar a comunidade que sofria com as consequências do crime ambiental cometido pela companhia como empreendeu um processo contra a empresa. Nada disso teria acontecido se ela não tivesse conseguido acessar informações que, antes, foram deliberadamente escondidas da população.

Para assistir ao *trailer* do filme, acesse o código a seguir:

*Erin Brockovich – uma
mulher de talento*
Adoro Cinema



Os direitos da informação

Vimos que o direito à informação é fundamental porque funciona como um alicerce que interfere na obtenção de outros direitos. Mas como isso realmente acontece? Ou seja, como o direito à informação pode ajudar (no caso de bem garantido) ou prejudicar (se mal obtido) uma pessoa quanto ao acesso a outros direitos?

O nosso começo de conversa já nos deu algumas pistas importantes para a resposta dessas perguntas, mas, para que não restem dúvidas, atente-se para três histórias reais vindas de lugares diferentes e que mostram como a informação pode ter um potencial transformador.

Na Tailândia, uma mãe de crianças em idade escolar tentou matricular os filhos em um colégio de referência, mas as crianças não foram aceitas. Como no país existia, já no período, uma lei estabelecendo que o acesso à informação é um direito, a mãe procurou a justiça do país para ser informada do motivo da rejeição. Durante o processo, a mãe e outros cidadãos descobriram que todas as vagas da escola estavam reservadas para filhos de autoridades e de pessoas ricas, que pagavam propina para garantir o acesso, já que a escola era de grande qualidade.

Diante das informações, a Suprema Corte da Tailândia decidiu que era necessário mudar o sistema de matrículas para evitar corrupções. Assim, criou-se um critério: ninguém mais poderia comprar uma vaga; no lugar, as crianças seriam aceitas pelas notas que tinham conseguido ao longo da vida escolar. A substituição tinha o objetivo de garantir uma forma mais justa de seleção.

É importante destacar que a ação da mãe, ao procurar os seus direitos na justiça, não pedia que os seus filhos fossem aceitos, apenas exigia que os motivos da rejeição fossem expostos para todos. Sem que a informação fosse exposta, o problema poderia ter sido resolvido de forma individual, isto é, os filhos dessa mãe poderiam ter sido aceitos, a fim de evitar maiores problemas. Essa solução, entretanto, não é a melhor, pois não garante que os filhos de outras pessoas também não sejam prejudicados. Com o acesso à informação e com a exposição do motivo da rejeição para toda a sociedade, a mudança exigida deixa de ser individual e passa a ser social, chegando a todos.



Nossa segunda história aconteceu no México. No país, um programa governamental oferecia ajuda de custos para pequenos produtores rurais, isto é, donos de pequenas propriedades dedicadas à produção agrícola e agropecuária. Uma vez que a produção de alimentos é essencial para a sociedade, o auxílio a esses trabalhadores poderia se reverter em benefício para toda a sociedade.

Mesmo sem questionar a importância do projeto, pesquisadores e jornalistas solicitaram informações sobre os beneficiados. Por interesses diversos, eles quiseram entrar em contato com as pessoas que recebiam esses recursos. Como no país o acesso à informação também é um direito, o governo foi obrigado a atender à solicitação, e o que se descobriu, entretanto, estava longe de ser correto.

Os dados revelaram que milhões em dinheiro estavam indo para os grandes donos de terra (latifundiários), que, por serem ricos, não precisavam de auxílios do governo. A própria família do ministro da Agricultura estava entre os dez maiores recebedores do benefício. Depois dessa informação e da revolta de parte da população, o congresso mexicano aumentou a fiscalização sobre o programa para garantir que o foco realmente fossem os pequenos agricultores. Se a informação fosse tratada como sigilosa e o acesso dos jornalistas e pesquisadores não fosse autorizado, o ato ilegal provavelmente continuaria acontecendo.

O caso seguinte ocorreu nos Estados Unidos. Um jornalista utilizou a Lei de Acesso à Informação local para obter informações sobre o armazenamento de produtos químicos perigosos. Nesse caso, não se tratava de verba pública nem do acesso a um serviço público, mas era de interesse da população, pois envolvia a segurança de todos. Na sua pesquisa, o jornalista descobriu que, próximo de um porto urbano, na cidade de Baltimore, no estado de Maryland, estavam sendo armazenados produtos químicos perigosos.

De acordo com a legislação, os produtos perigosos precisam ser guardados de forma a prevenir danos e reduzir o impacto ambiental, o que não acontecia no caso. O local não era adequado, pois, no caso de um acidente, estimava-se que entre 50 mil e 100 mil pessoas seriam expostas a produtos venenosos. Estar perto do porto era prático para a empresa, mas era perigoso para as milhares de pessoas que, sem saber, trabalhavam perto de produtos perigosos.

Confere aí!

Você sabia que podemos ter acesso a informações do Governo Federal?

A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de obter informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.



Reprodução.

Depois da exposição, a empresa responsável levou o produto para uma região mais afastada e menos populosa, deixando de expor uma grande quantidade de pessoas ao risco de um acidente. Também nessa situação, o acesso à informação fez a diferença, não só pela divulgação, como também por chamar a atenção de toda a sociedade para o armazenamento de produtos perigosos. Sem ele, a situação poderia vir à tona só após um grave acidente, quando já fosse tarde demais para salvar vidas.

Nesse conjunto de histórias, entramos em contato com diferentes potencialidades da informação. No primeiro caso, a informação garantiu que se reconhecesse a falta de uma regra (o critério para matricular na escola) e, em seguida, se criasse uma. Na segunda e na terceira situação, a informação permitiu ter conhecimento de quando as regras existentes não estão sendo cumpridas, visto que os critérios para selecionar os recebedores do dinheiro público não eram respeitados, como também não eram respeitadas as normas que estabeleciam os locais em que os produtos perigosos deveriam ser armazenados. E, ainda, na terceira situação, a informação permitiu revelar riscos a que as pessoas estavam sendo expostas, mesmo sem saber.

Depois de analisar as três situações reais, podemos fazer algumas afirmações a respeito do direito à informação que nos ajudarão a refletir sobre as ocorrências do nosso dia a dia, além de ampliar o nosso conhecimento sobre esse importante direito.

O direito à informação procura garantir o acesso a informações divulgadas por organizações públicas, como vimos nos casos um e dois; ou que digam respeito à vida pública, como nos três casos. Esse direito confere dignidade à sociedade como um todo, pois, a partir dele, temos consciência do que a informação nos traz, do seu valor e dos direitos e deveres que nos são estabelecidos.

A sociedade em que vivemos não é pautada na força, na agilidade ou na resistência; por mais que tudo isso tenha valor, ela é pautada no conhecimento. Nesse sentido, garantir que as pessoas acessem o conhecimento social que está nos direitos, nas normas, nas novidades, nas ações políticas e nos procedimentos gerais é assegurar que elas possam fazer parte da sociedade.

Para+



freepik.com

O Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS, sigla em inglês) é um documento desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) que define os perigos específicos de cada produto. O GHS facilita o comércio internacional de produtos químicos, a comunicação da informação de perigo e, por consequência, aumenta a proteção da saúde humana e do meio ambiente.

Para saber como identificar quando um produto químico é perigoso, acesse o código a seguir.

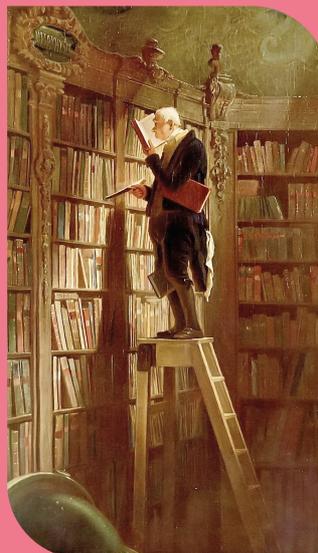


GHS – Conheça a nova norma de classificação e rotulagem de produtos químicos
Ambiental Análise

Confere aí!

A biblioteca é uma instituição muito antiga, cuja origem remonta há cerca de 4.600 anos. Sua história representa a preocupação do homem em manter seus registros para uso futuro, ocupando um papel primordial na transmissão do conhecimento. Durante a Antiguidade, a biblioteca ainda era definida como uma guardiã dos livros e não como uma disseminadora da informação.

Porém, na atualidade, o objetivo dela passa a ser outro, disseminar a informação e facilitar o acesso dela à população.



Reprodução.

Pintura intitulada *O rato de biblioteca* (c. 1850), de Carl Spitzweg.

Nenhum cidadão pode viver dignamente se for proibido do direito do saber, do conhecer, pois essa proibição não o permitiria criar laços com a própria identidade, não o permitiria conhecer a sociedade e os outros cidadãos nem saber como agir nela. Sem informação, não é possível criar, entender, reagir. Em outras palavras, uma pessoa sem acesso à informação fica dependente dos outros e limitada na sua capacidade de ser atuante, restando apenas o conformismo e a acomodação à realidade vigente.

Pense na sua casa e em alguém da sua família que tem conhecimentos que o restante dos familiares desconhece. Por um lado, pode ser cômodo ter alguém que faça por você aquilo de que você precisa; por outro, o desconhecimento o torna dependente: você não consegue fazer ou achar coisa alguma sem essa pessoa. O que estamos dizendo, desde que as histórias começaram a ser contadas, é que o direito à informação traz poder e independência para os cidadãos, na medida em que permite ver as coisas como são e agir de forma consciente para reivindicá-las, modificá-las e ajustá-las.

É nessa possibilidade de ação que o direito à informação se relaciona com outros direitos e interfere neles. A informação permite saber (1) que nós temos direitos e deveres, (2) quais ações podem desrespeitar direitos e ignorar deveres e (3) que há possibilidades de ação quando algo não está certo. Sobre a ação, falaremos mais adiante; antes vamos voltar aos exemplos para destacar algo importante.

Você deve ter notado que, nas três histórias, os envolvidos utilizam a Lei de Acesso à Informação do país deles. Isso acontece porque não basta afirmar na Constituição que algo é um direito; é preciso estabelecer uma lei que apresente, de maneira prática, o que esse direito é e como ele funciona. Mas, e no Brasil, existe uma lei de acesso à informação?

A resposta é **sim**. A lei brasileira que trata do direito à informação é a Lei nº 12.527. Criada em 2011, ela adotou dois princípios básicos na tentativa de garantir o acesso

à informação pública. O primeiro princípio determina que toda informação produzida, guardada, organizada ou gerenciada pelo Estado é um bem público, ou seja, é uma propriedade do povo; e o segundo, que o habitual é garantir o acesso a toda informação pública, enquanto a restrição deve ser exceção.

De maneira simplificada, o primeiro princípio destaca que a população é a dona das informações, já que o Brasil, o estado e o município não pertencem aos governantes, mas, sim, ao povo. E o segundo utiliza o primeiro princípio para chegar a uma conclusão: já que as informações pertencem ao povo, o povo deve conhecê-las. Por isso, é preciso garantir livre acesso para que os interessados possam observar a ação dos seus representantes e averiguar se tudo está sendo feito corretamente.

Algumas informações podem até ser exceção a essa regra, por conterem dados estratégicos ou que dizem respeito à segurança da sociedade, mas, nesses casos, é preciso ter um bom motivo para que a confidencialidade seja mais importante do que a transparência. Por meio da transparência, espera-se estabelecer uma cultura do acesso, na qual as demandas da população não sejam vistas como um problema ou como uma sobrecarga para os trabalhadores da administração, mas, sim, como exigências legítimas, que não precisam ser justificadas e que são importantes para a cidadania.

Se tudo é feito de maneira transparente e a população pode, quando desejar, observar como tudo está sendo feito, a probabilidade de que atos ilegais ou corruptos ocorram é menor. A questão é bem simples. Quando as pessoas entendem a importância de algo e tratam esse algo com atenção, fica difícil para alguém mal-intencionado tirar vantagem. É mais fácil cometer um crime quando ninguém está olhando, e, por esse motivo, podemos afirmar que o acesso à informação é uma barreira para a corrupção.

Confere aí!

O acesso à informação também é assunto de leis em outros países. De acordo com a cartilha do Governo Federal *Acesso à Informação Pública*, cerca de 90 países possuem leis desse tipo. Assim como a do Brasil, muitas das legislações são recentes, mas a história começa um bom tempo atrás. A Suécia foi o primeiro país a criar e adotar uma legislação voltada para o acesso à informação, o que ocorreu no ano de 1766. Nesses mais de 250 anos, a transparência com os documentos públicos tornou-se tão usual que, no prédio onde trabalha o primeiro-ministro sueco, localizado na capital, Estocolmo, há uma sala pública de leitura em que são disponibilizadas informações sobre todos os funcionários do gabinete e ainda um sistema de computadores que permite ver todos os documentos que chegam e saem do gabinete.



A **Lei de Acesso à Informação** estabelece, então, a garantia de que possamos olhar os nossos recursos públicos e fiscalizar o cumprimento das nossas regras. A lei brasileira é considerada uma das melhores do mundo, mas o desafio não se encerra quando a lei é garantida no papel, pois é preciso dar instrumento para que seja possível usufruir do direito. Em outras palavras, o direito precisa de uma lei que o coloque em prática, e a lei precisa ser apoiada por formas concretas de acessar à informação.

No Brasil, para ajudar a garantir o acesso, um aliado da Lei é o **Portal da Transparência**. Esse portal foi criado antes da Lei, no ano de 2004, e desde o seu início tem a proposta de permitir a qualquer cidadão encontrar documentos sobre a utilização do dinheiro público e sobre seus orçamentos. A ideia é que, com acesso à Internet, qualquer cidadão possa atuar como fiscalizador do dinheiro público, observando documentos e orçamentos.

Mas será que qualquer pessoa consegue entender aqueles dados? Como achar erros diante de páginas e mais páginas de tabelas e valores grandiosos? Muitas vezes, o conteúdo acessado não faz sentido para a população e, por isso, não chega a ser uma informação compreensível. Nesse caso, o mais correto é considerar que um conjunto de dados está sendo disponibilizado, pois os dados só se transformam em informação relevante quando conseguimos compreendê-los, entender para que servem e como nos influenciam.

Para+

Para saber melhor sobre a Lei de Acesso à Informação, acesse o código a seguir e assista ao vídeo informativo.



AGU Explica – Lei de Acesso à Informação
Advocacia-Geral da União (AGU)

Confere aí!

Dado, informação e conhecimento

É comum ouvirmos as palavras **dados** e **informações** como se fossem sinônimas, mas será mesmo que são a mesma coisa? Quando falamos em **dados**, estamos nos referindo a unidades básicas que, se isoladas, não nos dizem algo significativo. No entanto, quando organizamos esses dados conforme algum critério, temos uma informação: quando dispostos em um arranjo, eles nos dizem algo. Imagine a seguinte situação: você se depara com o número 9,5 em uma folha de papel. O que isso lhe comunica? Inicialmente, é bem difícil dizer, não é verdade? Mas, aí, você observa que o número 9,5 ocupa uma célula de uma tabela, e esta célula é justamente o encontro de uma linha, na qual consta a palavra **Matemática**, com uma coluna, em que está escrito **1ª Unidade**.

Agora, podemos deduzir que se trata de um boletim escolar, um tipo de documento que você provavelmente conhece bem. No cabeçalho, temos o nome **João Augusto Pimentel**, o logotipo da escola Novo Saber e o número 2019. Organizando esses dados, podemos dizer que o estudante João Augusto Pimentel, aluno da escola Novo Saber, obteve nota 9,5 na avaliação de Matemática da primeira unidade do ano de 2019. Ou seja: por meio de um arranjo de dados, temos uma informação. E como você sabe avaliar se João Augusto está indo bem? Como estudante, você deve saber que as avaliações escolares normalmente atribuem pontuações de 0 a 10 ao desempenho dos alunos; logo, se ele obteve uma pontuação próxima da máxima, significa que foi muito bem-sucedido em seus exames. Isso é o **conhecimento**: o uso que fazemos das informações que nos são disponíveis para realizar tarefas, avaliar cenários ou tomar decisões.

Dados isolados não nos comunicam coisa alguma, ao mesmo tempo que informações, sem o devido conhecimento, podem gerar bastante confusão: quem nunca digitou sintomas no Google para saber se sofre de algum mal? Por que essa prática é desaconselhável e até mesmo muito perigosa? Em primeiro lugar, porque só um profissional com o necessário conhecimento das questões de saúde tem condições de interpretar e contextualizar seus sintomas. Em segundo, porque nem todas as informações que estão disponíveis a um clique são confiáveis, produzidas por profissionais competentes e são fruto de estudos embasados. E como saber se aquela informação é consistente? É aí que entra o conhecimento. Por isso que, nesse caso, só os profissionais de saúde estão habilitados a ajudar: eles estudaram muitos anos para dispor desse conhecimento.

<h1>9,5</h1>

	1ª Unidade
Matemática	9,5

Ano Letivo: 2019		ESCOLA NOVOSABER		
Aluno: João Augusto Pimentel				
	1ª Unidade	2ª Unidade	3ª Unidade	4ª Unidade
Matemática	9,5			

Por esse motivo, muitas vezes, a liberdade de acesso à informação acaba precisando da ação de jornalistas e de outros profissionais para que analisem os dados, consultem especialistas e, no caso de existirem problemas, divulguem para a população de uma forma compreensível. O papel da imprensa no acesso à informação é essencial, porém deve ser um compromisso do Poder Público que os dados estejam não só disponíveis, mas que também sejam compreensíveis para os cidadãos comuns.

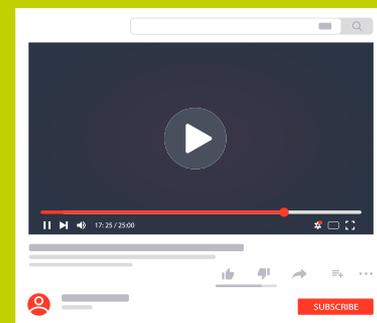
Como instituição social que se responsabiliza por informar, o jornalismo deve buscar as informações mais relevantes, checar a sua veracidade e pluralidade antes de transmiti-las. Faz parte do trabalho dos jornalistas aprofundar os assuntos, entrar em contato com especialistas e aprimorar técnicas de identificação, produção e divulgação. Nada disso, entretanto, deve invalidar o desejo do cidadão de também buscar, na medida das suas possibilidades, informações diretamente na fonte.



Até aqui, aprendemos que a informação que diz respeito ao Estado é um bem público e, por isso, deve ser de livre acesso. Aprendemos também que sua importância está no fato de que precisamos de informação para ter uma vida digna e para ter conhecimento das regras sociais, do desrespeito a essas regras e das nossas possibilidades de ação. Para garantir o direito de acesso à informação, soubemos da necessidade de leis e ferramentas; e vimos que o jornalismo também é uma instituição especializada nesse direito.

A partir de agora, vamos explorar a nossa parte e pensar sobre os usos que estamos, ou não, fazendo do nosso direito à informação.

Para+



Qual o interesse do YouTube para o jornalismo?

O YouTube tem sido um objeto de bastante interesse para os estudos de jornalismo ao longo dos últimos anos por conta de dois aspectos, ambos negativos.

Para ler a matéria completa do site Observatório de Imprensa, acesse o código a seguir.



A base da liberdade de expressão e da participação social

A relação entre informação e ação vai além do conhecimento de direitos. Muitas vezes, não estamos diante de uma situação de desrespeito aos nossos direitos, mas em uma conjuntura que envolve diversas possibilidades de ação. Se a população não está de acordo com a forma como prefeitos, governadores, presidentes e demais autoridades políticas atuam, é possível declarar essa insatisfação por meio da liberdade de expressão e da livre manifestação.

Diferente do que acontece com o direito à informação, que muitas vezes é visto como uma obrigação canônica, a liberdade de expressão e a livre manifestação são plenamente percebidas como direitos. Então, é preciso compreender que essas liberdades são fundamentais e necessárias para a democracia. Entretanto, há uma contradição importante: de que vale o meu direito de expressar minhas ideias e de me manifestar se, antes, o meu direito de construir ideias e opiniões não for respeitado e valorizado?

A resposta dada aqui é: vale muito pouco. Sem informação de qualidade, não há expressão ou manifestação válida, pois é a informação que prepara o cidadão para participar da vida pública. A sequência ideal seria, então, primeiro informar-se sobre o que acontece, ouvindo diversos lados e opiniões; depois formar a própria opinião; e, então, expressar-se e manifestar-se livremente em favor do que concorda, sem desrespeitar ou ferir a dignidade de outra pessoa.

Se a primeira etapa, a da informação, é ignorada ou mal executada, nossa expressão e manifestação podem ser apenas a reprodução da opinião dos outros. Nesse sentido, pode acontecer também de, por estarmos mal informados, defendermos medidas que nos prejudiquem ou que não refletem o que pensamos. Assim, é preciso defender o direito de saber tanto quanto defendemos o direito de nos expressar.

Para+



O **Atlas da Notícia** é um projeto que mapeia veículos produtores de notícias — especialmente de jornalismo local — no território brasileiro. O Atlas realiza anualmente um censo das publicações jornalísticas no Brasil, identificando também os chamados “desertos de notícia”, localidades sem fontes de notícia local.

A ideia é ajudar a realizar iniciativas, desenvolver ideias e soluções que busquem fomentar o jornalismo, especialmente no nível local. Para obter mais informações, acesse o *site* do projeto no código a seguir.



Na nossa vida privada, assim como na vida social, a relação entre informação e expressão é essa mesma. Imagine que um amigo lhe pergunta se prefere o seriado A ou o seriado B e você não conhece nenhum dos dois. Por mais que você decida defender o seriado A, porque um outro amigo costuma falar que ele é muito legal, essa não é uma opinião sólida (ao menos, não é a sua), uma vez que você está defendendo o que não conhece. Se, na mesma situação, você conhece apenas um dos seriados e, por isso, resolve defendê-lo, ainda assim sua opinião não é sólida. Você não pode comparar duas coisas a menos que as conheça.

Na vida social, entretanto, a questão é mais séria, pois estão sendo tomadas decisões que envolvem o bem-estar de todos. A importância da participação social não diz respeito a qualquer participação, mas a uma participação convicta e solidamente construída. Estando bem informada e livre para se expressar, a população pode atuar no controle social das ações do governo. Ou seja, pode ser ativa, fiscalizando, protestando e expondo quais são as verdadeiras vontades do povo.

Considerando que, na democracia, é essencial que os cidadãos participem das tomadas de decisão, afinal, ela é o sistema político em que a soberania está assentada na vontade do povo, podemos afirmar que o direito à informação é uma necessidade democrática, pois a informação é a base da participação, e esta, por sua vez, consolida a democracia.

Não é uma coincidência que todos os regimes ditatoriais censurem informações. Ao bloquear a imprensa, as universidades, os intelectuais e os artistas, a população tende a ser menos reativa, uma vez que sabe menos. Como em uma ditadura a intenção é impor a vontade e a opinião de quem governa sobre o povo, a desinformação é muito útil. Sem saber, a população age menos, e os ditadores evitam as reivindicações antes mesmo que elas comecem.

Censurando informações, grande parte da possibilidade de ação é censurada. A censura não é completa, pois a História mostra que, em ditaduras, são criadas redes de informação não oficiais. Essas redes são uma forma de resistir e são organizadas, pois, na ausência da socialização da informação ao povo por parte do governo, a informação e o conhecimento são as armas da sociedade.

Por vivermos em uma democracia, temos o direito à livre manifestação e à expressão de ideias e opiniões, mas não é exagero repetir que, sem informação, essas liberdades são vazias. Quanto mais a população sabe, mais poderosa e independente ela se torna, pois, com mais informação, a sociedade é mais política, é mais reativa. E, por fim, quanto mais informação, mais difícil é prejudicar um povo.

Reprodução.





Agora é sua vez!

- 1.** A construção de uma sociedade democrática se fundamenta na igualdade de direitos e deveres. Essa dupla estabelece normas, regras e diretrizes que orientam a ação e a não ação. As normas orientam a ação, pois determinam nossas possibilidades, e a não ação, por estabelecerem os nossos limites. Além disso, sendo iguais para todos, os direitos e deveres também devem contribuir para que todas as pessoas sejam tratadas com justiça e igualdade. O que é direito para um deve ser direito para todos, e o que é dever para um também deve sê-lo para todos.

Para que a vida social esteja equilibrada, são necessários diversos direitos e deveres, que se voltam para diversas questões e situações da vida cotidiana. Por mais que os direitos sejam muitos e que a existência de cada um seja individual, isso não quer dizer que eles não se relacionem. Sobre um direito específico, o direito à informação, responda aos itens que se seguem.

- a)** O que é o direito à informação?

- b)** Por que o direito à informação pode ser considerado um direito fundamental?

- c)** Como o não acesso ao direito à informação pode prejudicar outros direitos e deveres?

- d)** Por meio da Internet, de livros ou de pessoas do seu convívio, pesquise três direitos que você tem, mas que até então desconhecia. Na sequência, descreva-os.

2. De acordo com o portal do Governo Federal, “A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de obter informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades”. Acerca da Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa **correta**.

- a) A Lei de Acesso à Informação garante o acesso a um grupo de informações consideradas de interesse público. Ela se refere ao Governo Federal, não se aplicando a informações relativas ao município ou ao Governo do Estado.
- b) A intenção da lei é regulamentar o direito à informação, mas ela não deixa de listar que a maior parte das informações processadas pelos governos é sigilosa, pois pode comprometer a segurança nacional.
- c) De acordo com essa lei, o sigilo é a regra, e o acesso é a exceção.
- d) Um dos desafios da Lei de Acesso à Informação é garantir que os dados divulgados realmente consigam ser informações úteis para a maior parte da população, ou seja, o desafio é fazer com que os dados sejam expostos de maneira simples e compreensível.
- e) Todo cidadão tem acesso equivalente às informações públicas, entretanto a imprensa deve ter o acesso facilitado, pois representa mais pessoas.

3. O Brasil e muitos outros países têm adotado leis com o objetivo de garantir e facilitar o acesso dos cidadãos à informação. A justificativa dessas leis inclui o fato de que as informações produzidas ou relacionadas ao setor público são também públicas e, portanto, devem ser acessíveis a todos os cidadãos. Mesmo existindo exceções, as leis estabelecem — como é o caso da Lei nº 12.527/2011 — que a postura habitual do Poder Público deve ser transparente, deixando acessíveis as informações ou permitindo o acesso das que não tiverem sido divulgadas.

Sobre alguns conceitos relacionados a esse contexto, marque a alternativa **correta**.

- a) A cultura do acesso e o controle social das ações do governo não estão relacionados, pois o primeiro grupo diz respeito a um conjunto de hábitos que devem ser desenvolvidos pelos funcionários públicos; e o segundo, ao ato de fiscalização exercido pelo cidadão individualmente.
- b) Uma gestão transparente é aquela que expõe absolutamente todas as informações utilizadas.
- c) O controle social das ações do governo não pode ser exercido pela coletividade, já que o povo é um conjunto instável de pessoas. Assim, só é possível falar em controle social de uma perspectiva individual.
- d) A cultura do acesso indica que qualquer cidadão deve ter acesso simplificado às informações desde que se identifique, explique as razões da sua demanda e contrate um advogado.

e) A cultura do acesso e o controle social são conceitos distintos, porém relacionados, pois a cultura do acesso facilita o direito à informação, e, uma vez informado, o cidadão pode participar de maneira ativa da vida pública e se posicionar sobre as medidas adotadas pelos governantes.

4. O direito à informação se relaciona de maneira muito próxima à liberdade de expressão e de manifestação. Entretanto, enquanto essas duas liberdades são vistas como essenciais para a democracia, muitas vezes o direito à informação é tratado como menos importante ou como negligenciável, isto é, como um direito que pode ser deixado de lado. Essa percepção é contraditória não só porque desvaloriza o direito à informação, mas também porque desconsidera que essas liberdades não podem ser exercidas sem ele.

Nesse sentido, explique por que o direito à informação interfere na liberdade de expressão e na livre manifestação.

5. Em maio de 2018, o Brasil passou por uma série de manifestações populares organizadas por profissionais do transporte rodoviário que protestavam contra os aumentos frequentes e sem aviso prévio do preço dos combustíveis, em destaque para o óleo *diesel*. Só foi possível efetuar a manifestação, que ficou conhecida como **Greve dos Caminhoneiros**, porque vivemos em um Estado democrático, em que grupos têm direito a se manifestar publicamente sobre decisões com as quais não concordem (como a elevação do preço dos combustíveis), bem como organizar atos de protestos, a exemplo das greves, que são um tipo de instrumento do trabalhador na luta por melhorias em suas condições de trabalho. Ironicamente, alguns grupos que se somaram à manifestação pediram também a intervenção militar no Brasil, isto é, pediram às Forças Armadas que assumissem o poder político, ignorando o processo democrático e instaurando uma ditadura.

A partir da situação narrada e dos seus conhecimentos sobre direito à informação, liberdade de expressão e liberdade de manifestação, faça o que se pede.

a) Identifique a incoerência existente em uma manifestação pública que pede a ditadura militar.

b) Para os historiadores que comentaram o pedido de intervenção militar, faltava o conhecimento da história para alguns manifestantes, isto é, faltava informação sobre o que é uma ditadura e sobre como foi o período ditatorial no Brasil. Seguindo o raciocínio desses pesquisadores, explique como a falta de informação comprometeu a livre expressão e a livre manifestação.

c) Em uma ditadura, como a que ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, o direito à informação é negado, pois o governo ditatorial não só proíbe o acesso a informações e dados relativos à administração pública como também censura os veículos de comunicação, escritores e artistas, a fim de que não expressem informações contrárias aos interesses de quem governa. Diante disso, explique por que, nesse contexto, as informações liberadas podem ser desacreditadas por parte da população.

d) A Lei nº 12.528/2011, criada logo após a Lei de Acesso à Informação, foi responsável por criar a Comissão Nacional da Verdade, órgão temporário com o intuito de investigar violações dos direitos humanos ocorridas, principalmente, no período da ditadura militar brasileira. Assim como acontece na Lei de Acesso à Informação, a Lei nº 12.528/2011 também tem uma estreita relação com o direito à informação. Ela teve como um dos seus objetivos garantir que as ações dos governantes durante o período de ditadura não fossem tratadas como informações privadas, mas como bens públicos, que devem estar disponíveis para observação.

Explique, refletindo a partir desse contexto, como o desrespeito ao direito à informação pode contribuir com a violência e comprometer o direito à memória.

6. Observe a charge.



Na charge, o acesso à informação é associado ao desagradável ato de mexer em um penico. Sobre essa associação, responda às questões a seguir.

a) Por que o autor associa a administração pública a um penico?

b) Qual é o problema de associar o acesso à informação a um ato desagradável?

c) Crie uma outra metáfora para substituir a do penico na descrição do acesso à informação.

As relevâncias do jornalismo



Para+

Você conhece o termo *millennial*? Ele é utilizado para designar as pessoas que nasceram entre os anos de 1980 e de 1990. Trata-se de um grupo de pessoas que acompanhou de forma muito próxima o *boom* tecnológico pelo qual a sociedade passou, e isso repercutiu muito na cultura dessa parcela da população. No código a seguir, você verá uma reportagem que fala sobre o modo específico de essas pessoas acessarem a informação.



Como os millenials consomem informação?
Meio&Mensagem

Vamos começar com algumas afirmações.

- Em uma edição do jornal norte-americano *The New York Times*, há mais informação do que uma pessoa comum recebia durante a vida inteira cerca de 300 anos atrás.
- Por dia, são editados mais de mil novos livros em todo o mundo.
- Existem mais de 3 bilhões de páginas disponíveis na Internet.
- Estão circulando, no mundo, mais de 100 mil revistas científicas.
- No ano de 2014, que possuiu um fluxo de informação menor do que o atual, estimava-se que 100 novas notícias eram lançadas a cada segundo.
- Também em 2014, havia a estimativa de que 140 milhões de exemplares de jornais eram distribuídos por dia.
- Por fim, ainda em 2014, já havia mais de 100 canais disponíveis na televisão brasileira, número que é ainda mais impressionante se considerarmos que, em 1999, a quantidade de canais não chegava a dez.

Esses números são impressionantes e estão em constante atualização, ou seja, mais e mais informações estão sendo produzidas a cada segundo. Agora mesmo, enquanto você lê, há livros sendo publicados, notícias sendo divulgadas, programas sendo transmitidos e músicas e

filmes sendo lançados. E se há algo que esse fluxo de informações nos diz, com certeza, é que não é possível saber de tudo.

Mesmo que uma pessoa resolva dedicar a vida para ler cada página da Internet, não fazendo outra coisa com o próprio tempo, ela não conseguiria concluir a tarefa, pois não estaria mais viva. Além disso, como a produção de informações é ininterrupta, sempre haveria mais materiais para serem lidos. O mesmo poderia ser dito para os que quisessem ler todos os livros, ver todos os filmes ou acompanhar todas as notícias. Em outras palavras, trata-se de uma corrida contra o tempo que não se pode vencer.

Essa impossibilidade, entretanto, não quer dizer que também é impossível estar bem informado. O que acontece é que estar bem informado não é saber de tudo, mas saber de tudo o que é necessário para viver bem. Para entender melhor essa separação, podemos voltar a mencionar o direito à informação.

Ao tratar desse direito, sabemos que ele garante o acesso da população a informações públicas que impactam a vida pública. Desse aspecto, já podemos esclarecer uma diferença importante: em geral, o bem-viver da sociedade não depende de informações de ordem privada e íntima, mas daquelas que atingem um grupo ou uma sociedade.

A Lei de Acesso à Informação não serve para que solicitemos informações sobre a nossa vizinha ou sobre o nosso colega de turma, mas para que busquemos saber como o dinheiro público está sendo investido e como o Estado está sendo administrado. Para seguirmos adiante, precisamos saber diferenciar o que é uma informação de ordem pública e de ordem privada.

Ordem pública e ordem privada

A separação entre o público e o privado é necessária para várias áreas do conhecimento. Como o nosso interesse é tratar de informações, o conhecimento produzido por estudiosos da comunicação, principalmente jornalistas, é o mais adequado nesse momento. De acordo com esses estudiosos, toda vez que um jornalista seleciona as informações que serão a base das notícias, ele está se perguntando algo muito básico: a quem esse acontecimento pode interessar ou importar?

A resposta para essa pergunta pode ter aspectos distintos, pois o assunto pode: ser necessário para toda a sociedade; não ser necessário para todos; não ser necessário, mas ser atrativo e disponível; ou não ser necessário nem disponível, mas, ainda assim, atrair

Confere aí!

O preconceito contra a mulher no meio jornalístico

Mary Ann Evans (1819–1880) foi jornalista, poeta e autora britânica. Assim como em muitas outras áreas, a inserção da mulher como profissional de jornalismo exigiu esforço e dedicação, já que grande parte das redações eram formadas apenas por homens.

Diante dessa discriminação, as mulheres tinham que trabalhar através de pseudônimos masculinos, para terem liberdade de expressão sem que seus artigos fossem censurados pelo simples fato de serem mulheres.



Reprodução.

Pintura intitulada *George Eliot* (1849–1886), de François D'Albert Durade. Para evitar ser vista como uma simples escritora de histórias românticas, Mary Ann usou o pseudônimo **George Eliot**, já que somente se usasse um nome masculino seria levada a sério.

algum tipo de interesse. Vamos analisar algumas situações que exemplificam esses aspectos. Nesse momento, sua tarefa é relacionar cada caso com o seu aspecto correspondente.

Imagine que você é um jornalista especializado em cinema. Durante a semana, está prestes a acontecer uma premiação internacional que leva muitos atores, diretores e demais profissionais da área para uma cidade da França. Você, assim como muitos outros jornalistas, também vai para essa cidade, a fim de trabalhar na cobertura do evento.

Informações sobre os filmes indicados já estão sendo produzidas muitos dias antes do evento. E, para o dia, estão previstas informações sobre a roupa das atrizes, sobre os vencedores e sobre outros detalhes da premiação. Durante o evento, um dos filmes favoritos acaba sendo pouco valorizado, causando espanto geral. O ator protagonista da obra deixa a premiação visivelmente irritado e atrai a atenção dos jornalistas.

Como ele é bastante famoso e possui muitos fãs, você julga que seria interessante ouvir a fala do ator. Você o alcança, mas ele se recusa a falar. Como ele continua indo embora, você começa a segui-lo, com a câmera pronta para captar qualquer reação. Enquanto o ator grita, exigindo que você o deixe em paz, você grita, afirmando que ele tem um compromisso com os fãs. Pense a quem essa informação pode interessar ou importar, ao passo que vamos continuando com os exemplos.

Imagine agora que você trabalha na editoria de educação de um importante site de notícias. Lá, você publica informações sobre todo o processo educacional, da educação básica à pós-graduação. Um assunto que ocupa espaço é o ingresso em universidades públicas. Em um dia comum, o comunicado de uma universidade estadual avisa que, a partir do ano seguinte, serão cobradas taxas para o acesso aos cursos. A universidade continuaria sendo pública, porém a reitoria afirma que os recursos públicos, repassados pelo Governo

do Estado, são insuficientes para manter toda a estrutura funcionando e, por esse motivo, foi decidido que parte dessa despesa seria repassada para os alunos.

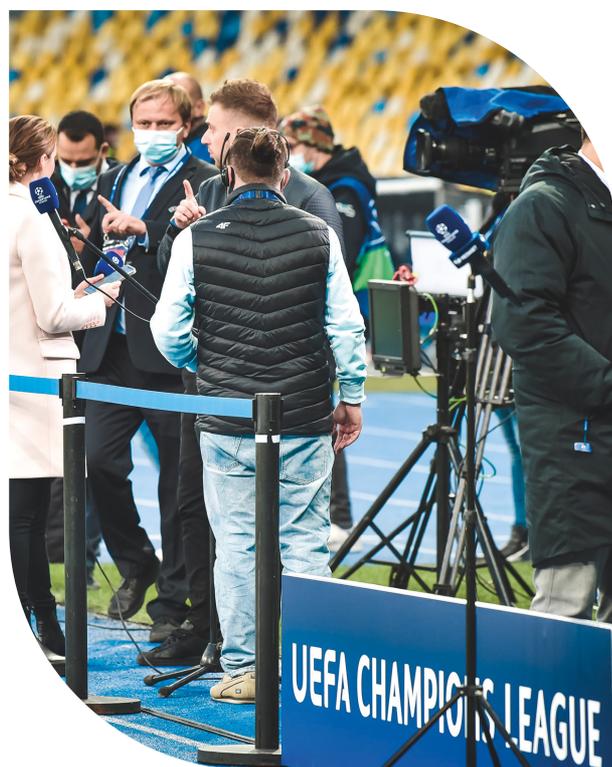
O comunicado ainda esclarece que os valores não serão iguais às mensalidades de instituições privadas; serão valores menores, porém inevitáveis para que a universidade continue funcionando. Ao receber essa informação, você liga imediatamente para a assessoria da universidade. Por considerar o assunto muito relevante, você quer entrar em contato com o reitor e saber mais detalhes. Ao mesmo tempo, outro jornalista da equipe liga para a Secretaria de Educação do Estado, também à procura de mais informações.

Assim como no caso do artista, as pessoas se recusam a acrescentar informações; a reitoria da universidade afirma que tudo o que era necessário está dito no comunicado; e a secretaria afirma que o responsável pela informação está indisponível. E nessa situação, o que fazer? Que tipo de caráter está envolvido? Sigamos.

Pense agora que você trabalha na editoria de esportes do mesmo site de notícias e que, por ter ótimos relacionamentos, conseguiu com exclusividade a informação de que o maior time de futebol do estado acabou de contratar um jogador de grande habilidade, famoso no mundo todo. O dirigente, que lhe liberou a informação antes de divulgar para toda a imprensa, espera que você produza um conteúdo mais detalhado. Assim, no lugar de apenas informar que o jogador passará a fazer parte do time, você procura entrevistar o próprio jogador, o dirigente, o técnico do time, alguns torcedores apaixonados e até um comentarista de futebol para avaliar a contratação.

Durante as entrevistas, você encontra um pouco de dificuldade, principalmente com o jogador e com o técnico. Mesmo já sabendo de tudo, eles estavam com receio de contar para um jornalista informações que não pudessem ser ditas. Para resolver a situação e convencê-los a falarem, você precisou pedir ao dirigente que confirmasse sua autorização para tratar do assunto com exclusividade. Avalie qual é o caráter dessa situação enquanto vamos ao nosso último caso.

Agora, você trabalha na seção de segurança pública. Normalmente, você produz conteúdos sobre crimes, investigações, policiamento e ações administrativas ligadas à área. Dessa vez, entretanto, você está diante de um conteúdo bastante político. O então presidente do Brasil assinou um decreto para facilitar a **posse** de armas, medida que permite ao cidadão comum ter uma arma de fogo em casa ou no local de trabalho. Quanto ao **porte** de armas, que é a permissão para circular com a arma de fogo fora de casa ou do trabalho, ele anuncia que o sistema legislativo está preparando modificações na lei.



Confere aí!

Além de outros significados, a obra *Guernica*, de Picasso, também representa uma declaração contra a guerra e um manifesto contra a violência. A obra, além de ser um ícone da Guerra Civil Espanhola, é hoje um símbolo do antimilitarismo mundial e da luta pela liberdade do homem. A obra de arte original está localizada no Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia em Madrid, Espanha.



Reprodução.

Mural feito em azulejo da obra *Guernica* (1937), de Pablo Picasso, na cidade de Guernica, Espanha.

Há uma discordância na sociedade, algumas pessoas são favoráveis à medida e outras são contrárias. As favoráveis, como o presidente, afirmam que a medida garantirá uma melhoria da segurança pública do Brasil, uma vez que assaltantes seriam inibidos pela possibilidade de encontrar pessoas armadas. Muitas pessoas, ainda do lado favorável, afirmam também que a permissão para a posse de arma é uma forma de garantir a legítima defesa.

As pessoas desfavoráveis, por sua vez, discordam de que a posse de arma possa resolver o problema da violência. Eles argumentam, utilizando inclusive exemplos de outros países, que a posse de armas não só não inibe roubos e índices de violência como também é responsável por muitos acidentes e por garantir um fim trágico para conflitos, que poderiam ser encerrados em uma discussão verbal. Em resumo, afirmam que ter uma arma em casa traz mais risco do que segurança. E nesse caso? A quem a informação pode interessar ou importar?

Relembrando as quatro categorias propostas, dissemos que uma informação pode ser (1) necessária para todos; (2) necessária para parte da população; (3) não necessária, mas atrativa e disponível; e (4) não necessária e não disponível, mas, ainda assim, atrativa. Vamos, então, às respostas, utilizando a ordem da numeração.

Necessária para todos

Entre as quatro histórias, qual você acha que é necessária para todos? Se você respondeu que é a quarta história, você acertou. Naquela situação, o jornalista estaria diante de um decreto presidencial, uma ordem vinda do maior representante do Poder Executivo e que tem importância e autoridade semelhante à de uma lei. Ou seja, o jornalista está diante de uma situação em que as regras que regem a vida em sociedade estão mudando, certamente isso é relevante para todos os cidadãos.

Entretanto, se você pensou que o decreto para facilitar a posse de armas é relevante apenas para parte da população,

aqueles que estão interessados em possuir uma arma, precisamos entender por que esse pensamento não está correto. As regras sobre a posse de armas interessam a todos, inclusive aos que não querem ter uma, pois, após o decreto, a sociedade muda.

Todos passam a viver em uma sociedade com mais armas. Para os que são favoráveis, as armas representam uma forma de defesa (portanto, seria uma mudança positiva); para os que são contrários, elas representam maiores riscos a que todos são expostos (dessa forma, sendo vista como uma mudança negativa). Mas, de uma forma ou de outra, todos são impactados. Eu posso não querer uma arma na minha casa, mas meu vizinho passa a ter essa opção, assim como o pai de um amigo meu. Diante de um acidente ou de um roubo, a arma passa a fazer a diferença não só na vida de quem decide tê-la, mas de todos que estão à sua volta. Por esse motivo, a informação sobre o decreto da posse de armas é necessária para todos.

Necessária para parte da população

Retirando o caso do decreto, fica mais fácil identificar que situação é necessária, mas não para todos. Você acertou se pensou que essa é a categoria da segunda narrativa, a que envolve a cobrança de mensalidade em uma universidade pública estadual. Nesse caso, assim como no anterior, o jornalista está diante de um assunto que envolve um direito, que no momento diz respeito ao direito à educação.

O que torna esse fato interessante para parte da população, e não ao todo, é, principalmente, a proporção reduzida, uma vez que se trata de uma universidade estadual, e não federal. A medida não interfere no direito de todos os estudantes ou potenciais estudantes, mas apenas nos estudantes daquele estado, que estudam e pretendem estudar naquela universidade.

A situação seria diferente se esta fosse uma decisão relativa a uma universidade federal, pois, estando em uma situação financeira semelhante à de outras universidades federais, a medida poderia ser indicativa de uma mudança maior. Os estudantes de outras universidades públicas federais, por exemplo, passariam a temer que a alteração também fosse aplicada a eles. No caso estadual, dificilmente os estudantes de outros estados iriam encarar a mudança como um risco que poderia atingi-los.

Para+



Reprodução.

A Secretaria Nacional do Consumidor criou o consumidor.gov.br — um serviço público que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas para solução de conflitos de consumo pela Internet.

Para saber mais sobre como esse órgão funciona, acesse o site do serviço no código a seguir.



Confere aí!

Jornal japonês se transforma em planta quando descartado na terra

O periódico japonês *The Mainichi* desenvolveu um jornal feito apenas com materiais recicláveis e sementes.

Depois de lido, o jornal pode ser partido em diversos pedaços e plantado novamente, completando o seu ciclo natural e evitando toneladas de lixo que são produzidas diariamente pela indústria do papel. Com sementes de ervas e flores em sua composição, o jornal é impresso com tinta totalmente vegetal. A tecnologia permite que o leitor coloque os pequenos papéis em um vaso com terra, que deverá ser regado até se transformar em uma planta.



Reprodução.

Não necessária, mas atrativa e disponível

Estamos chegando ao fim da nossa análise, e essa decisão implicará a resposta da próxima questão. Você acertou se compreendeu que esse é o caso da história número três, a que envolve o jornalista esportivo. Nessa situação, não estamos diante de uma informação que é necessária, pois as pessoas não precisam saber sobre futebol ou sobre outro esporte. Elas podem atribuir muita importância ao assunto, mas, ainda assim, ele não é essencial para a sociedade.

À nossa volta, há pessoas que são apaixonadas por futebol e por um ou outro time, ao mesmo tempo que há quem não goste desse esporte, mas se interesse por tudo que tenha relação com vôlei, judô ou natação, por exemplo. Nesse ponto, fica evidente um elemento da diferença entre a situação da contratação do jogador e o decreto de armas ou a universidade estadual: diante das situações que envolvem a necessidade, as pessoas não escolhem estar ou não envolvidas.

Além da não necessidade, essa categoria específica é identificada também pela disponibilidade. São situações que, mesmo não sendo necessárias para a vida em sociedade, são criadas para cumprir funções impactantes na vida de quem as cultiva. Para muitas pessoas, o futebol é a principal forma de lazer. Ir a estádios, assistir a jogos, envolver-se com campeonatos e com a atuação do time pode ser uma forma de relaxar, fazer amigos e aproveitar o tempo livre; e estes três elementos: o relaxamento, a socialização e a oportunidade de desfrutar de tempo livre são essenciais para uma vida saudável. Por esse motivo, ao longo da história, foram e são desenvolvidas várias formas de alcançá-los. E, em geral, as informações a esse respeito estão tão disponíveis para os jornalistas quanto para as pessoas que se envolvem com elas.

A procura pelos meios de comunicação acontece, porque, o jornalismo, como profissão, desenvolveu formas de acompanhamento mais precisas do que a dos fãs. Mesmo o mais apaixonado dos torcedores precisa trabalhar, cuidar da família e desenvolver outras atividades, além de acompanhar o time do coração, ao passo que o jornalismo pode desenvolver uma editoria de esportes e fazer com que o trabalho de uma pessoa seja especificamente o acompanhamento de um time.

Não necessária e não disponível, mas, de alguma forma, atrativa

O caso que restou para essa categoria foi o primeiro apresentado, envolvendo o ator de cinema. Se a pergunta fosse feita a respeito da relevância do festival de cinema, seria necessário enquadrar a narrativa na categoria anterior (não é necessário, mas é interessante e disponível). Mas a história que narramos é um pouco diferente.

Não estamos diante da exposição de um fato ou fenômeno criado para entreter, mas perante a tentativa de transformar a vida de uma pessoa em entretenimento contra a vontade da própria pessoa. Na situação, mesmo que haja interesse pela informação, existe outro elemento importante em conflito: o direito à privacidade.

Todas as pessoas, inclusive famosos, têm direito a manter sua vida íntima em particular. Uma pessoa não pode fotografar outra e divulgar a sua imagem sem autorização, assim como não pode invadir a privacidade da casa ou explorar detalhes particulares sem permissão.

Para entender as razões dessa proibição, basta imaginar como o mundo seria se ela não existisse. Em um mundo sem direito à privacidade, qualquer pessoa poderia invadir a sua casa, fotografar e divulgar informações que encontrasse, ainda que você fosse contra. Seus momentos de relaxamento, seus segredos e as conversas que você tem apenas com a sua família ou com os seus amigos poderiam se tornar públicos a qualquer momento.

Sobre essa questão, existem pessoas que questionam o direito à privacidade dos artistas, afirmando que, ao se tornarem pessoas famosas, eles abandonam seu direito a uma vida privada. Na verdade, pessoas famosas atraem pessoas interessadas em saber da sua vida, mas o interesse não faz com que outras pessoas possam violar sua intimidade sem permissão.

Para+

Como funciona o direito de imagem?

Neste vídeo, a equipe do Sesc Rio de Janeiro dá dicas para que você entenda como respeitar a sua imagem e a de todos os seus contatos nas redes sociais. Além disso, também te ensina a entender quando há uso inapropriado da sua imagem em conteúdos digitais.

Para assistir ao vídeo informativo, acesse o código a seguir.



Direito de Imagem
Sesc – RJ

É bem verdade que há muito interesse a respeito da vida de pessoas famosas. Não basta, para a maior parte dos fãs, apenas acompanhar a carreira de um ator ou cantor, há também o desejo de saber o que a pessoa faz na sua intimidade, que exercícios pratica, que comidas consome, que outros artistas admira, com quem namora, de quem é amigo, o que pensa sobre determinado assunto, etc. Esse interesse pode ser utilizado pelo ídolo para agradar os fãs, mas ainda é uma escolha dele fazer ou não essas revelações.

Os famosos tanto podem divulgar essas informações diretamente, por meio das suas redes sociais, por exemplo, como podem responder a perguntas de jornalistas. O problema fundamental não é ter interesse (no caso dos fãs) nem divulgar (no caso dos jornalistas), mas fazer isso desconsiderando a intimidade de quem está sendo exposto, tratando a pessoa como se não fosse sujeito de direitos.

A defesa do direito à informação não é válida em situações como essas, porque a informação não envolve qualquer uso público ou necessidade social. Ninguém precisa de informações sobre a intimidade de pessoas famosas. Devemos compreender que o interesse existe, mas devemos também aceitar que ele está muito distante de uma necessidade. Assim, não existe, em situações como esta, um real conflito entre direito à privacidade e direito à informação, mas, sim, um conflito entre curiosidade e direito à privacidade.

Para haver um conflito entre direito à privacidade e direito à informação, precisamos estar diante de situações em que a privacidade de uma pessoa pode estar sendo usada para esconder o dano aos recursos públicos ou à vida social. Para lidar com esses conflitos reais, existem ferramentas jurídicas, como as **quebras de sigilo**, que são permissões para retirar informações de ações privadas, como conversas telefônicas ou movimentações bancárias; porém, isso certamente não envolveria atores ou cantores, mas, sim, prefeitos, governadores, presidentes e outros políticos.

Como eles lidam diretamente com os recursos públicos (que pertencem ao povo), é necessário para a população saber do seu enriquecimento ou de alguma decisão privada que possa trazer impacto. E mesmo a quebra do sigilo de representantes políticos não podendo ser feita sem critério, é preciso existir uma investigação que justifique a invasão da privacidade. Sem uma justificativa formal, a quebra de sigilo se torna um abuso de poder.

Nesses exemplos, pensamos em cada informação, principalmente no que diz respeito à necessidade e à capacidade de interesse. Nos casos em que é necessário, os jornalistas devem insistir e até investigar, mesmo que as fontes se neguem (como no caso da

Para+

O que significa o direito à privacidade?

A Constituição Federal traz, em seu artigo 5º, inciso X: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

No código a seguir, assista à propaganda a favor do direito à privacidade e entenda o que ele representa.



O direito à privacidade
Unidos pelos Direitos
Humanos

cobrança nas universidades públicas), pois nesse caso deve prevalecer o direito da população a ser informada. Já nos casos em que não há necessidade, os jornalistas podem insistir ou procurar meios para convencer as fontes (como acontece no caso do jogador recém-contratado), mas não podem utilizar recursos para invadir a privacidade das pessoas (como na perseguição com a câmera), pois, dessa forma, eles também estão abusando do poder concedido à profissão.

Diante do que aprendemos nesses exemplos, podemos aprofundar a nossa conversa e separar as informações de ordem pública e as de ordem privada a partir de duas categorias: o **importante** e o **interessante**.

O importante e o interessante da informação

Vimos, em resumo, que nem tudo o que atrai a atenção dos jornalistas ou de outros produtores de informação é necessário. Mas agora podemos tratar de conceitos que vão nos ajudar a organizar as percepções que já construímos e a diferenciar o que realmente precisamos saber do que desperta nossa curiosidade.

Podemos afirmar que são **importantes** as informações que todos devem saber, pois são úteis para auxiliar e podem afetar a vida em sociedade. Ao comunicar o que é importante, o jornalismo presta um serviço e cumpre o seu papel social.

Do ponto de vista do jornalismo, o acesso à informação é, ao mesmo tempo, direito e dever. É **direito** porque a imprensa precisa das informações para realizar o seu trabalho; e é **dever** porque há o compromisso de buscar, tratar e transmitir todo tipo de informação que seja importante. Ao ler um jornal, ouvir um programa de rádio, assistir a um telejornal ou buscar notícias em páginas da *web*, os cidadãos esperam que o jornalismo esteja comprometido em buscar as informações mais relevantes, checar a sua veracidade e pluralidade antes de transmiti-las. Essa expectativa da população, juntamente com o papel social assumido pelo jornalismo, são a base para a responsabilidade de informar, ou seja, o dever de buscar dados e fatos e divulgá-los como informação para que a população tenha conhecimento.

Por sua vez, é **interessante** aquilo que é agradável conhecer. O interessante inclui o que nos inspira e o que nos atrai, mesmo não sendo importante para viver em sociedade. Ao comunicar o que é interessante, o jornalismo contribui para o entretenimento e o lazer, bem como para aumentar a popularidade do jornal.

Um elemento de diferenciação muito simples consiste em perceber que o importante não pode deixar de ser dito, ao passo que o interessante é opcional. Faz parte da sociedade que as pessoas tenham gostos diferentes e se interessem por fenômenos diferentes. Como dissemos, há pessoas que atribuem tanta importância a esportes ou artes que passariam horas lendo informações a respeito desses assuntos, enquanto outras não dedicariam um minuto sequer a eles.

Quando alguém fala que o importante para uma pessoa pode não ser para outra, ocorre uma mistura entre os conceitos de **importância** e **interesse**. São os interesses que mudam de pessoa para pessoa (ainda que também sejam influenciados pela sociedade), o que é importante será importante independentemente de o cidadão buscar informa-

Confere aí!

Informação vs. Conhecimento

Você sabia que essas duas palavras possuem conceitos diferentes?

O termo **informação** é descrito como dados (fatos, lugares ou qualquer outra coisa expressa na forma de números, letras ou símbolos) estruturados, organizados e processados, apresentados dentro do contexto, o que o torna relevante e útil para a pessoa que o deseja.

O termo **conhecimento** significa o entendimento sobre algo, a possibilidade de aplicar o aprendizado a outras situações. É um processo de “digestão” de ideias de maneira que elas se tornem aplicáveis a situações diferentes. É a capacidade de interpretar e operar sobre um conjunto de informações.

Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/nova-economia-com-joao-kepler/como-transformar-informacao-em-conhecimento/#:~:text=O%20termo%20'informa%C3%A7%C3%A3o'%20%C3%A9%20descrito,de%20n%C3%BAmeros%2C%20letras%20ou%20s%C3%ADmbolos>. Acesso em: 13/05/2022. Adaptado.

ções ou não, de dedicar tempo ou não. A diferença é que, quando nos interessamos pelo que importa, tornamo-nos mais poderosos e capacitados para agir.

O necessário alcança a todos ou a todo um grupo de maneira impositiva. Pense, por exemplo, na importância das mudanças climáticas que atingem o Planeta; na epidemia, na pandemia ou no surto de uma doença; nas regras para a aposentadoria; nos direitos trabalhistas; ou em uma política de segurança pública: todos esses exemplos impactam na sociedade e na vida das pessoas, mesmo que elas não lhes atribuam atenção.

Algumas vezes, a situação em que vivemos faz com que não percebamos a importância de algum acontecimento ou alguma informação. Uma pessoa muito jovem pode não se interessar pelas regras para a aposentadoria, acreditando que ainda é cedo para se preocupar com essa questão, ao mesmo tempo que uma pessoa mais velha pode achar que os assuntos ligados à educação já não são do seu interesse, afinal, já passou dessa fase.

A verdade, entretanto, é que o fato de vivermos em sociedade faz com que não seja tão simples. Nós também sofreremos a interferência do que não nos atinge diretamente. As questões educacionais, por exemplo, não impactam apenas quem é estudante. Nas universidades, formam-se profissionais dos quais dependemos e são desenvolvidos projetos e pesquisas, ou seja, elas são o lugar onde os conhecimentos técnico, científico e intelectual são aprimorados para enfrentar problemas da nossa sociedade e contribuir para a melhoria dela.

As questões trabalhistas também podem ajudar a exemplificar essa cadeia de influências. Quando o desemprego aumenta, o problema não é apenas de quem está sem trabalho. Do ponto de vista social, as altas taxas de desemprego são responsáveis por desacelerar a economia. Quem não tem emprego não pode comprar como antes, assim o consumo diminui; quando o consumo diminui, as empresas vendem menos e podem passar a produzir menos; para produzir menos, precisam de menos trabalhadores, o que pode conduzir a novas demissões.

Nesse contexto, podemos afirmar que o importante não é uma questão de gosto ou do momento vivenciado. Por mais que existam formas distintas de impactar, o que é importante impacta a todo o grupo. É por esse motivo que o importante deve ser conhecido por todos, enquanto o interessante pode receber a atenção que cada pessoa quiser dispor.

Anteriormente, afirmamos que as pessoas podem atribuir importância a assuntos que são apenas interessantes. Agora, queremos acrescentar que podemos também atribuir interesse ao que é importante. Esta é uma possibilidade que traz impactos não só para produtores de informação, que podem tratar os assuntos de maneira atrativa, mas também para o público, que não precisa se voltar para as informações necessárias como se fossem enfadonhas, mas, sim, procurando nelas pontos de interesse.

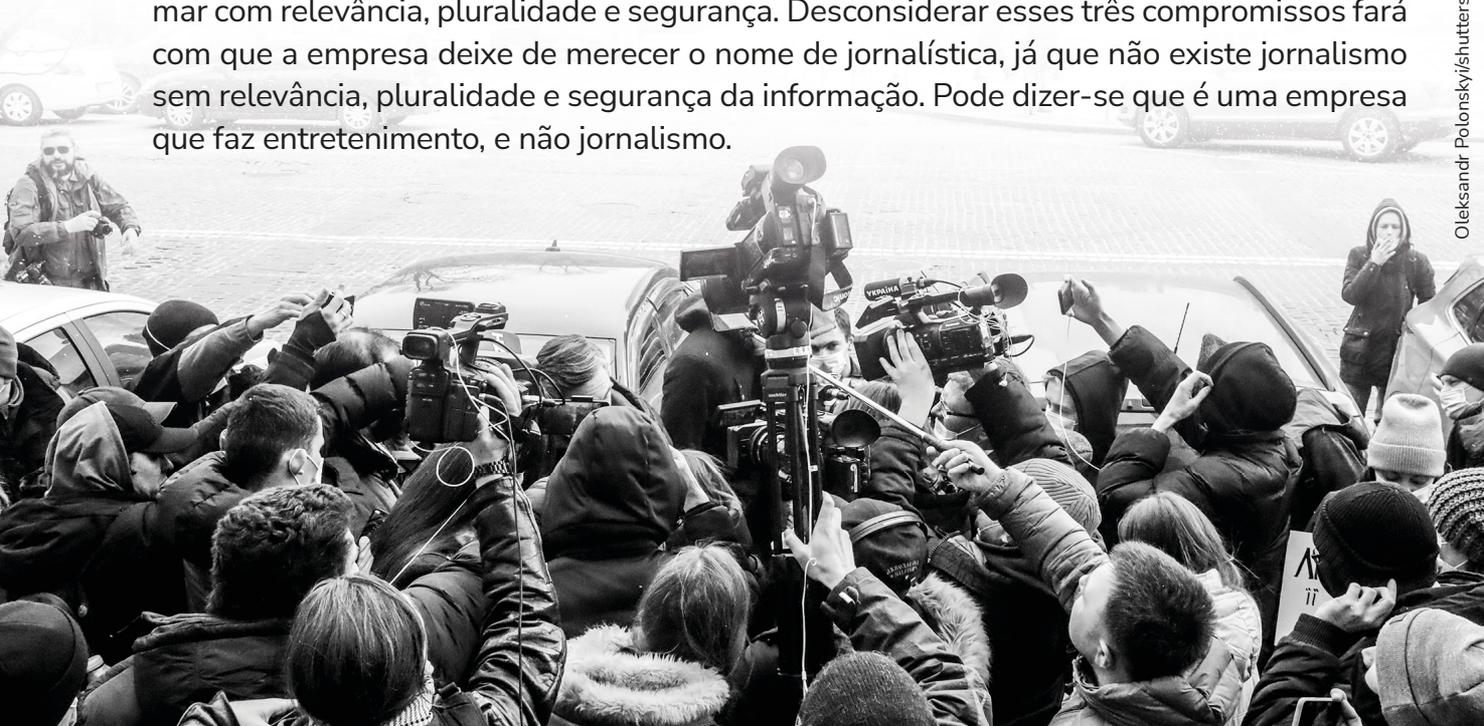
A substituição do importante pelo interessante

Mesmo sendo possível tratar de maneira interessante o que é importante, muitas vezes, não é isso que ocorre. Ao contrário, é comum a muitos meios de comunicação dar bastante espaço ao que é considerado interessante e deixar o importante desconhecido. Para além de explorar os problemas, pois já sabemos que a falta de informação atrapalha na capacidade de compreensão e participação democrática, é válido entender o porquê dessa inversão.

De início, precisamos identificar duas características dos meios de comunicação: a primeira é que todo veículo jornalístico cumpre a função social de transmitir informações relevantes, plurais e seguras; e a segunda, que esses meios também são, em sua maior parte, empresas, que precisam sobreviver à concorrência com outras empresas.

Em veículos de comunicação privados, essas duas lógicas precisam estar equilibradas. Em outras palavras, é necessário para a sociedade que o jornal funcione como instituição social que informa a população; e que esse jornal seja uma empresa rentável para que os seus donos continuem tendo interesse em produzir informações de qualidade.

A necessidade de equilíbrio ainda implica que a empresa jornalística precisa sobreviver, mas não a qualquer custo, ou seja, não pode sobreviver ignorando o papel social de informar com relevância, pluralidade e segurança. Desconsiderar esses três compromissos fará com que a empresa deixe de merecer o nome de jornalística, já que não existe jornalismo sem relevância, pluralidade e segurança da informação. Pode dizer-se que é uma empresa que faz entretenimento, e não jornalismo.



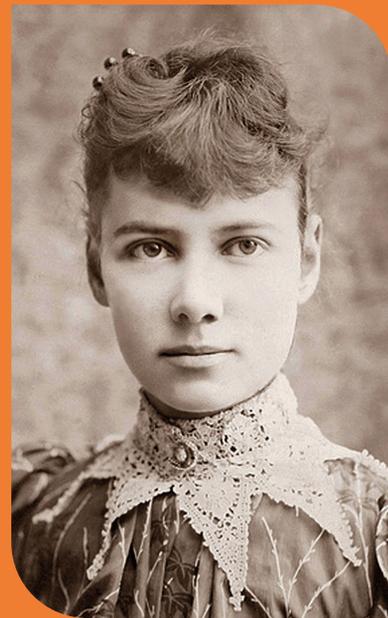
Confere aí!

O plano da jornalista investigativa que se infiltrou em um manicômio

Elizabeth Cochran Seaman (1864–1922), mais conhecida pelo pseudônimo **Nellie Bly**, foi uma jornalista estadunidense que não aceitava a forma como era tratada no meio jornalístico, visto que era obrigada a fazer colunas sobre moda, sociedade e jardinagem, o papel comum de mulheres jornalistas na época.

Insatisfeita com sua função, aceitou uma proposta de trabalho investigativo na qual teria que se passar por louca para investigar denúncias de brutalidade e negligência no hospital psiquiátrico para mulheres na Ilha Blackwell, em Nova York.

Após as suas publicações, fruto das suas investigações internas, houve uma repercussão muito grande que resultou em reformas internas no hospital. Além disso, a jornalista investigativa ganhou sua própria coluna no jornal e, mais tarde, publicou o livro *Dez dias num hospício*, em que contou em detalhes tudo o que viveu e presenciou enquanto esteve infiltrada no manicômio.



Reprodução.

Fotografia de Elizabeth Cochran Seaman, por volta de 1890. Fotógrafo desconhecido.

Para entender essa situação, pense em uma escola particular. Assim como uma empresa jornalística, ela está submetida a duas lógicas: por um lado, tem o papel social de educar; por outro, tem a necessidade empresarial de ter alunos. Imagine que, diante da reclamação dos pais de que algumas crianças estão tendo um desempenho ruim, a escola resolvesse aumentar as notas de todos os alunos que precisassem.

Nesse exemplo, fica evidente que a escola não estaria agindo corretamente. Se os alunos não estão compreendendo o conteúdo, a ação esperada é a de procurar meios alternativos para levá-los à compreensão. Se a escola simplesmente aumenta a nota, deixa de educar e também de merecer o título de escola.

Com a empresa jornalística, ocorre o mesmo — com a diferença de que a situação é mais difícil de visualizar. É simples compreender o que a escola tem de fazer e os problemas de não cumprir sua obrigação. Qualquer pai ou mãe reclamaria da escola se soubesse que o filho ou a filha não está sendo ensinado como é devido. Já na situação do jornalismo, é mais difícil perceber quando o compromisso está sendo descumprido

Para+

Para saber mais sobre a história de Nellie Bly e ler um trecho da experiência vivida por ela no manicômio, acesse o código a seguir.



e ainda mais difícil saber como reclamar.

Toda essa situação contribui para que, em alguns momentos, empresas jornalísticas ignorem o que é importante para dar destaque ao que é interessante. Ao agir dessa forma, elas funcionam a partir de uma lógica industrial, e não informacional. Essa intervenção econômica no modo como instituições sociais e populares atuam foi bem explicada pela Escola de Frankfurt — escola de pensamento fundada no século XX —, que se dedicava a compreender de forma crítica a sociedade contemporânea.

Foram os pesquisadores dessa escola que desenvolveram o termo **indústria cultural** para se referir à influência da lógica capitalista na forma de produzir cultura. Esses pensadores chamavam muita atenção para as alterações que a economia impôs à forma de se fazer arte.

Para eles, antes de conceberem a arte como um produto, os artistas produziam com maior liberdade e eram mais comprometidos com a própria inspiração e capaci-

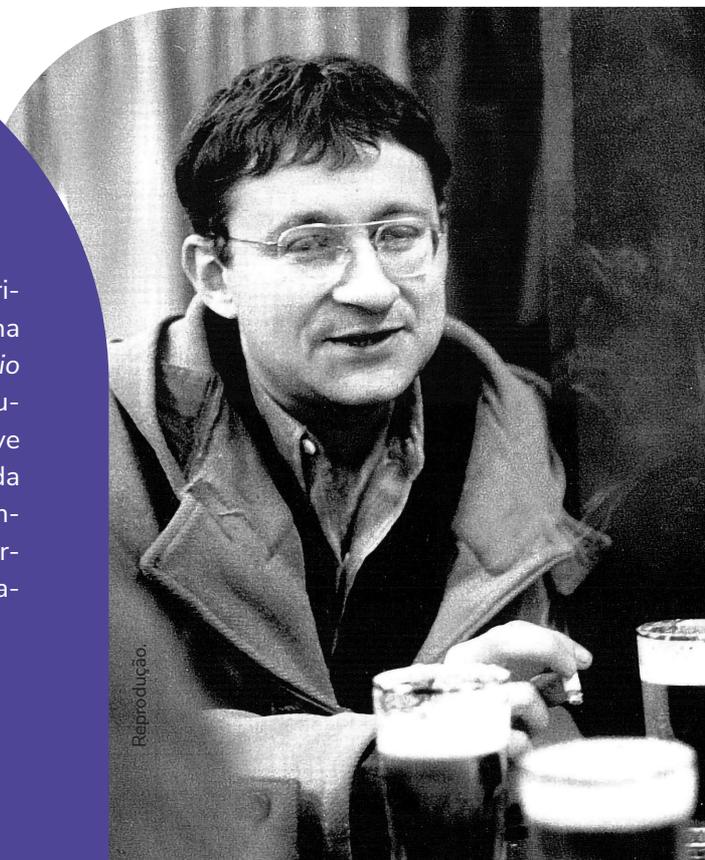
dade criadora, ao passo que, sob a influência de uma economia mais competitiva, passaram a produzir sendo guiados por uma consciência artística focada no que é mais vendável e lucrativo. A longo prazo, essa influência teria causado um empobrecimento de muitas expressões artísticas e o desaparecimento daquelas que não se guiavam pela lógica econômica.

Além dos estudos vindos de Frankfurt, outros pesquisadores puderam ajudar a entender esse cenário. De acordo com o pensador francês Guy Debord, vivemos em uma **sociedade do espetáculo**, isto é, em que valem mais a imagem e a aparência dos acontecimentos do que a realidade deles.

Assim como fazem os pesquisadores de Frankfurt, Debord também atribui as características da nossa sociedade ao avanço do capitalismo e ao seu avanço sobre as formas de viver da sociedade moderna. Ao transformar tudo em espetáculo, a aparência passa a ser o essencial, abandonando o conteúdo concreto, a história e as relações sociais. O

Confere aí!

Guy Ernest Debord (1931–1994) foi um escritor e teórico libertário. Seus textos foram uma das inspirações para as manifestações do *Maio de 68*, conjunto de eventos — primeiro estudantes e depois de trabalhadores — que teve início no mês de março, na França, na década de 1960, na Université de Paris. Debord também foi escritor e um dos pensadores do Internacional Situacionista (IS), movimento internacional de cunho político e artístico.



espetáculo de que fala Debord não é um fenômeno feliz, mas uma forma de degradação do que importa.

Adaptadas a essa sociedade do espetáculo e orientadas pela lógica econômica da indústria cultural, muitas empresas jornalísticas estão também degradando a atuação profissional. Nos termos que usamos até então, podemos afirmar que essa degradação ocorre quando o jornal não cumpre a função de informar o importante e se volta para o interessante com a finalidade de fazer mais sucesso, atrair mais público e ganhar mais dinheiro.

Confere aí!

Espetacularização da tragédia: uma “imagem bacana”

Na cobertura da tragédia ocorrida em Brumadinho (MG), em janeiro de 2019, uma repórter que se encontrava no local disse: “Eu vou voltar aqui a imagem, que é uma imagem muito, muito **bacana**, é uma imagem exclusiva que a gente tem agora, olha só...” ao se referir a uma região devastada pelo rompimento da barragem. Como sabemos, a palavra **bacana** diz respeito a uma qualidade positiva, ou seja, não se aplicaria, sob hipótese alguma, ao cenário de uma tragédia que ceifou muitas vidas.

Ao se referir como “bacana” a uma imagem que, segundo a própria repórter, seria exclusiva daquele veículo que realizava a cobertura, ela provavelmente se refere aos atributos da própria imagem (e não ao acontecimento em si): provavelmente a repórter considerava bacana o fato de ter um acesso exclusivo ou sob um ângulo único a um



Vínicus Mendonça/Ibama

Catástrofe socioambiental em Brumadinho, Minas Gerais.

evento que ela estava noticiando. Ao valorizar a imagem, a exclusividade, a forma da notícia em detrimento daquilo que ela representava, a repórter terminou por ofender a audiência e sobretudo os afetados por aquela catástrofe que perderam seus entes, seu patrimônio ou que, naquele momento, nutriam esperança de encontrar parentes vivos (ou mesmo para quem se solidariza com essas pessoas), a imagem de uma região submersa em lama poderia ser tudo, menos bacana — por mais que fosse exclusiva, inédita ou tecnicamente bem produzida.

Diante de críticas quanto à importância dos conteúdos que transmitem, é comum que editores e diretores de jornal afirmem que apenas oferecem o que o público deseja. Nessa afirmação, há dois problemas que precisam ser considerados. O primeiro se refere à distinção entre **empresa** e **instituição social**, com a qual começamos esta seção. Essa diferenciação permite-nos dizer que a oferta do que o público deseja não é justificativa para exercer a atividade de forma errada. Como instituição social, o jornalismo presta um serviço fundamental à sociedade e, dessa forma, não deveria ser orientado pelas noções de **demanda** e **lucro**, mas pela relevância dos fatos para a dinâmica da sociedade. É claro que, tratando-se de uma empresa, é necessário obter retorno, inclusive para a manutenção de suas atividades, mas a priorização do lucro em detrimento da função social que cumpre pode ser bem perigosa.

O segundo problema é um pouco mais complexo. Por mais que alguns assuntos gerem mais interesse do que outros, é necessário acrescentar que os gostos sociais mudam e que o jornalismo pode ser um agente dessa mudança ou um auxiliar para que tudo continue como está. Isso acontece porque ele não atua apenas reproduzindo as formas de agir na sociedade, mas também reforçando-as.

globo.com g1 ge gshow globoplay o globo

Quem NOTÍCIAS BELEZA CAPAS ENTREVISTAS K-POP SÉRIES CASAS TV MÚSICA

QUEM NEWS

Larissa Manoela se pronuncia após fim de namoro: "Fomos muito felizes"

Atriz e cantora confirmou término de relacionamento de três anos com Léo Cidade

1 min de leitura

REDAÇÃO QUEM,
DO HOME OFFICE

15 FEB 2021 - 21H10 | ATUALIZADO EM 15 FEB 2021 - 21H26

Para muitos fãs, não basta desfrutar das obras dos artistas, como livros, músicas e produtos audiovisuais, mas a vida afetiva e a intimidade também se convertem em objeto de interesse. A atriz Larissa Manoela, que iniciou sua carreira ainda criança e cresceu diante das câmeras, é constantemente alvo de programas dedicados à vida das celebridades. Sua vida afetiva, desde o início (normalmente um período de amadurecimento e aprendizagem), é transformada em narrativas midiáticas para fãs (e não tão fãs) consumirem.

Em outras palavras, o gosto pela aparência, pela superficialidade e o interesse por informações sem impacto social (como aquelas relativas à vida íntima de pessoas famosas) é reforçado pela grande quantidade de empresas jornalísticas que continuam produzindo informações dessa natureza. Em sentido oposto, a atribuição de interesse a outros assuntos (como os acontecimentos que são importantes) pode estimular mudanças na sociedade. Além disso, o impacto negativo da falta de informações importantes pode levar à desconfiança de que os interesses privilegiados não são os dos consumidores, mas, sim, os dos donos dos meios de comunicação.

Não estamos afirmando que a mídia é a única responsável por esses hábitos, pois o fenômeno é muito mais complexo, mas é possível dizer, sem medo de errar, que as empresas de comunicação ajudam a construir prioridades. E, de tanto falar em determinado assunto, são capazes de influenciar as pessoas a acreditarem na sua importância. Sendo assim, é melhor dar destaque ao que realmente importa para a sociedade do que produzir diversas informações sem valor social.

Voltando à pergunta que movimentou este capítulo, concluímos que, para estar bem informado, não é preciso saber de tudo, até porque não é possível saber de tudo; o essencial é saber do que interfere na nossa vida. Assim, estar bem informado requer conhecer o importante e, a depender do interesse, acrescentar informações sobre o interessante.

Separando o que importa do que apenas interessa, já elegemos, em grande medida, o que é necessário conhecer. Mas, ainda assim, continuamos diante de muitas informações, muitas fontes e muitas perspectivas, restando-nos pensar em quais estratégias podemos adotar para saber do que é necessário saber, mas isso é assunto para o nosso próximo capítulo.



Agora é sua vez!

1. O espaço à disposição foi, durante muito tempo, um desafio para a produção de informações. A folha volante, um antepassado do jornal impresso, é um exemplo disso, pois, nos séculos XV e XVI, quando ela começou a circular, a disponibilidade de impressão e circulação era tão limitada que a maior parte dessas folhas era composta de uma única página, algumas vezes escrita à mão. Além disso, seu conteúdo também era limitado a, em geral, apenas uma informação. Das folhas volantes para os jornais impressos, há um grande aumento de espaço, mas, ainda assim, a limitação continua existindo. O cenário muda completamente com o advento e a popularização da Internet, pois, depois dela, o espaço deixa de ser um desafio.

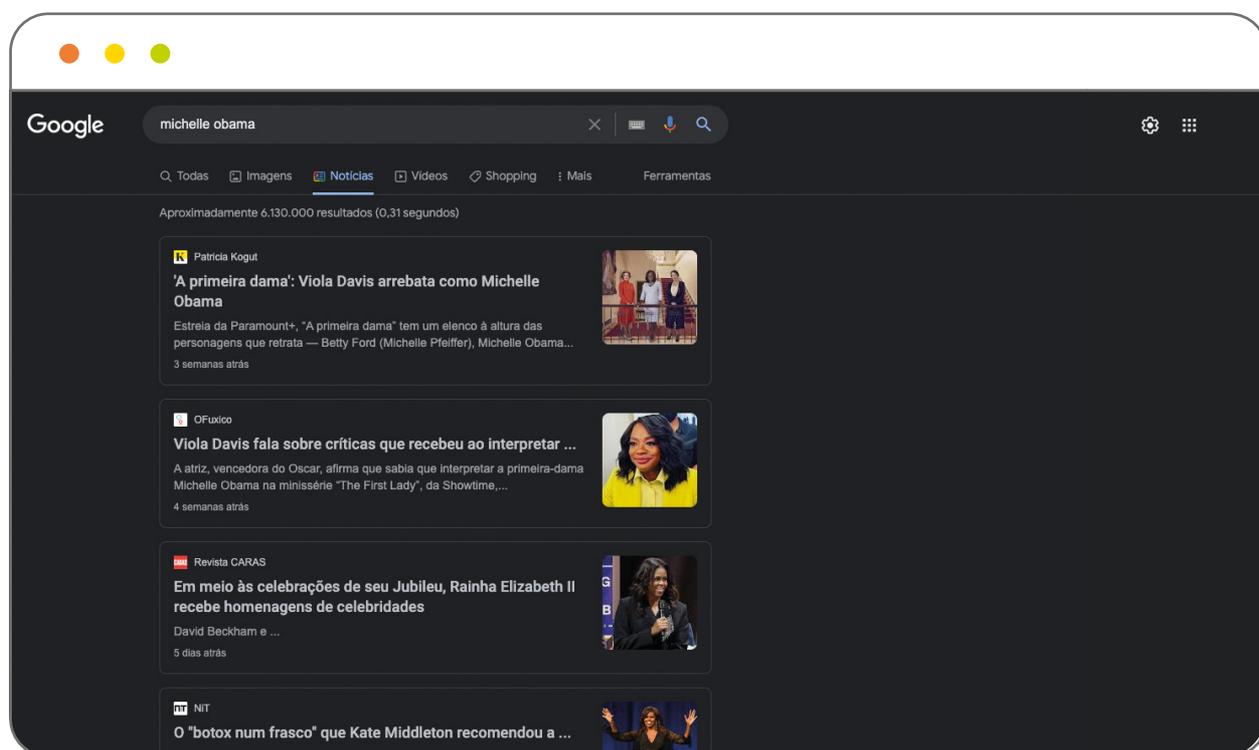
Sobre a relação entre espaço, produção de informações e capacidade de processamento das informações, assinale a alternativa **correta**.

- a) Com a ampliação e a disponibilização do espaço de armazenamento pela Internet, os meios de comunicação e o público passam a ter, respectivamente, a

obrigação de publicar tudo e conhecer tudo.

- b) A ampliação do espaço de armazenamento e a divulgação de informações na Internet podem gerar um outro problema, a superprodução de informações. Nessa situação, haverá espaço suficiente, mas não haverá a possibilidade de consumir toda a informação produzida.
- c) Nas folhas volantes, a limitação do espaço faz com que seja necessário escolher muito bem o que será divulgado; por sua vez, na Internet, não é preciso escolher, pois há espaço para tudo.
- d) O excesso de informações é essencial para que as pessoas fiquem bem informadas sobre o que acontece na vida pública e na intimidade de pessoas famosas.
- e) Na Internet, devido ao ilimitado espaço de armazenamento, podem ser divulgadas mais informações do que o público tem condição de consumir. Por esse motivo é preferível não utilizar a Internet como meio para obter informações.

2. Ao utilizar um *site* de busca para encontrar notícias diversas sobre a ex-primeira-dama dos Estados Unidos Michelle Obama, foram entregues, aproximadamente, 5 milhões e 630 mil resultados em uma busca que durou 0,31 segundo.



A partir dessa informação e dos seus conhecimentos sobre o que é importante e o que é interessante, assinale a alternativa **correta**.

- a) A quantidade de informações encontradas revela o excesso da produção cotidiana de notícias. Ainda assim, sem esse excesso, não é possível estar bem informado.

- b) A pessoa buscada esteve ligada ao Poder Público quando foi primeira-dama dos Estados Unidos, e, por esse motivo, as informações sobre ela serão sempre classificadas como importantes.
- c) Como a pessoa buscada nunca exerceu cargo público diretamente, nenhuma das informações sobre ela pode ser classificada como importante, apenas como interessante.
- d) Não há repetição nas mais de 5 milhões de informações encontradas. Cada uma trata de questões genuinamente distintas.
- e) Depois de ter sido primeira-dama e de ter atuado ativamente em diversas causas sociais, Michelle Obama tornou-se representante de assuntos importantes, ao mesmo tempo que atraiu a atenção para aspectos da sua vida privada.

3. Diariamente, estamos cercados por uma grande quantidade de informações. Enquanto algumas são de conhecimento necessário, outras são opcionais. Sobre essa separação, responda às questões seguintes.

a) O que faz com que uma informação seja importante?

b) O que faz com que uma informação seja interessante?

c) Por que é necessário para a democracia conhecer o que é importante?

d) Explique por que, na produção de informações importantes, as pessoas são tratadas como cidadãos e, na produção de informações interessantes, como consumidores de notícia.

- e) A postura do jornalista não deve ser a mesma quando busca informações importantes e quando busca informações interessantes. Explique em qual delas as fontes de informação têm obrigação de informar.

4. Lorenzo Gomis, jornalista e professor emérito da Universidade Autônoma de Barcelona, propõe que todos os critérios utilizados pelos jornalistas para selecionar o que será notícia podem ser resumidos em duas grandes categorias: o importante e o interessante.

Leia os trechos retirados de um ensaio do autor e complete as lacunas conforme as alternativas a seguir.

- I. “A presença do _____ cumpre uma função: comunicar diariamente ao cidadão as informações que deve conhecer para estar a par do desenvolvimento dos assuntos públicos e, eventualmente, poder participar nos processos sociais.”
- II. “A democracia moderna não estaria ao alcance do cidadão se este não estivesse informado dia a dia sobre tudo o que ocorre de relevante, tudo o que tem _____.”
- III. “O _____, por outra parte, fornece o material da conversação diária, permite a todos comunicarem suas ideias, suas impressões, seus critérios e dados sobre os mais variados assuntos.”
- IV. “O _____ infiltra-se em todos os âmbitos da informação diária e pode ser utilizado para explicar o _____ de maneira amena.”

Fonte: GOMIS, Lorenzo. Do importante ao interessante: ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo. *Revista Pauta Geral*. Ano 9, n. 4, 2002.

Assinale a alternativa que preenche **corretamente** as lacunas.

- a) interessante; certo interesse; interessante; interessante; importante.
b) importante; certa importância; interessante; importante; interessante.
c) interessante; certo interesse; importante; interessante; importante.
d) importante; certa importância; importante; importante; interessante.
e) importante; certa importância; interessante; interessante; importante.

5. Leia o trecho de notícia a seguir e, na sequência, faça o que se pede.

Incêndio de grandes proporções destrói o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista

G1, 2 de setembro de 2018

Um incêndio de grandes proporções destruiu o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, Zona Norte do Rio.

O fogo começou por volta das 19h30 deste domingo (2) e foi controlado no fim da madrugada desta segunda-feira (3). Mas pequenos focos de fogo seguiam queimando partes das instalações da instituição, que completou 200 anos em 2018 e já foi residência de um rei e dois imperadores.

A maior parte do acervo, de cerca de 20 milhões de itens, foi totalmente destruída. Fósseis, múmias, registros históricos e obras de arte viraram cinzas. Pedacos de documentos queimados foram parar em vários bairros da cidade. [...]

Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio.ghtml>. Acesso em: 08/03/2022.

- a) Essa notícia deve ser classificada como importante ou interessante? Justifique sua resposta.

- b) Podemos considerar o fato noticiado como um acontecimento de ordem pública ou de ordem privada? Justifique sua resposta.

6. Quanto à relevância das notícias, faça a correspondência adequada entre as colunas.

- (I) Necessária para todos.
- (II) Necessária para alguns.
- (III) Não necessária, mas atraente e disponível.

(IV) Não necessária nem disponível, mas atraente.

- () “Recife vai ganhar mais quatro vias cicloviárias na cidade” (*Diário de Pernambuco*, 17 de maio de 2019).
- () “18 famosos flagrados em situações embaraçosas após tomarem doses a mais” (*BOL*, 17 de junho de 2017).
- () “*Rock in Rio 2019*: confira a programação completa dos palcos Mundo e Sunset” (*G1*, 1º de abril de 2019).
- () “Sobrecarga da Terra 2019: Planeta atinge esgotamento de recursos naturais mais cedo em toda a série histórica” (*G1*, 29 de julho de 2019).

7. Um aspecto essencial para diferenciar o que é importante do que é interessante diz respeito à capacidade de gerar impacto. O que é importante traz impactos para a vida das pessoas, impõe mudanças ou expõe riscos, ao passo que o interessante não gera novos acontecimentos, sendo apenas uma informação isolada.

Na sequência, julgue cada um dos títulos das matérias em **importante** ou **interessante** e indique a quem eles poderiam importar ou interessar.

a) “Governo suspende aumento real em reajuste do [salário] mínimo” (*Folha de São Paulo*, 16 de abril de 2019).

b) “Anitta confessou que sofreu deslizos na nova vida de vegana” (*Terra*, 27 de maio de 2019).

c) “Filme brasileiro *Bacurau* ganha prêmio do júri do *Festival de Cannes*” (*G1*, 25 de maio de 2019).

d) “É pela vida das mulheres: violência obstétrica precisa ser debatida no País” (*Folha de S.Paulo*, 28 de maio de 2019).

Como estar bem informado?



Para+

No código a seguir, você poderá acessar uma matéria que discute sobre os malefícios cognitivos, mais especificamente aqueles que estão ligados à capacidade de concentração, relacionados ao bombardeamento constante de informações, característico da sociedade atual.



Excesso de informações provocado pelo avanço da tecnologia altera capacidade de concentração
O Globo

Vimos, nos capítulos anteriores, que o acesso à informação é um direito fundamental, uma vez que garante o empoderamento do cidadão e a capacitação para participar de forma consciente da vida pública, além de interferir na obtenção de outros direitos. Vimos também que, para estar bem informado, não é preciso saber de tudo, apenas do que é importante, ou seja, o que é capaz de trazer impactos para a vida social e pública.

O que é interessante pode ser um acréscimo valioso por ser capaz de expandir a maneira como as pessoas veem o mundo ou ainda ampliar os assuntos de uma conversa e o conhecimento em temas diversos, como música, esportes, cinema, novelas ou culinária. Diante de informações interessantes, existe a opção de dedicar muito, pouco ou até nenhum tempo a cada uma das informações disponíveis. Por sua vez, diante do importante, a situação é distinta: todos precisam saber, pois o importante é justamente o que pode beneficiar ou prejudicar as pessoas.

Por fim, vimos que as imposições econômicas podem fazer com que as empresas de comunicação prefiram as informações interessantes, com o objetivo de atrair mais público e gerar mais dinheiro. Essa tendência coloca em risco não só a prática jornalística, que se afasta dos seus princípios, mas também a democracia, que fica sem cidadãos bem informados.

Agora, com a intenção de nadar contra a corrente e preferir informações importantes e de qualidade, estamos diante de um novo problema. Como estar atualizado

quanto aos acontecimentos importantes e ainda ter tempo para acrescentar informações interessantes ao nosso cotidiano? Neste capítulo, organizaremos um pequeno manual com algumas dicas rápidas e práticas que podem auxiliar na tarefa de estar bem informado. Antes disso, é preciso fazer algumas considerações sobre o excesso de informações, a ansiedade e a desinformação.

Um mar de informações

Basta passar um dia distante dos nossos canais de informação para ficarmos com a sensação de que estamos completamente desatualizados. De um dia para o outro, não só ocorrem polêmicas, fatos insusitados, mudanças e acidentes, como também surgem opiniões, discussões e comentários relativos aos acontecimentos. Parece uma tempestade de informações que não tem fim.

Há tanto sendo dito que não é incomum se sentir desinformado enquanto a informação está sendo buscada. Se você acessar, neste momento, um portal de notícias na Internet, vai se deparar com uma quantidade grandiosa de conteúdos e, em cada um deles, *links* e indicações para assuntos relacionados. Já sabemos que não é possível estar a par de tudo isso, mas ainda precisamos falar sobre os malefícios que podem nos atingir por conta do excesso de informações.

Diante de tantas novidades, estímulos e atualizações, é bem comum que as pessoas se sintam cansadas, ansiosas e estressadas. Isso acontece porque o nosso cérebro não tem uma capacidade ilimitada de processamento. Assim como seu corpo se cansa ao realizar uma atividade física, como jogar uma partida de futebol, correr ou pular corda, seu cérebro também se cansa ao processar informações.

Como não ficamos ofegantes, suados ou doloridos depois de pensar, tratamos essa atividade como se não demandasse esforço ou como se não fosse capaz de nos esgotar. A verdade, entretanto, é que é necessária muita energia para refletir sobre assuntos, analisar informações e chegar a conclusões. Não é à toa que, muitas vezes, após um dia inteiro de aulas, sentimos cansaço, mesmo tendo passado a maior parte do tempo sem fazer esforços corporais.

Confere aí!

Você sabe o que é infodemia?

A Organização Mundial da Saúde (OMS) denomina **infodemia** o excesso de informações que dificulta identificar notícias verídicas e notícias falsas. Esse acúmulo de informações favorece o surgimento de boatos e de fatos manipulados. Por isso, antes de divulgar ou compartilhar qualquer informação, cheque a veracidade dos fatos.

Pensar demanda tanta energia que o cérebro gasta, sozinho, 25% das calorias que consumimos. E não é para menos; afinal, é justamente a nossa capacidade de pensar que faz com que a nossa espécie tenha sobrevivido. Muitos animais são mais fortes, mais rápidos, mais resistentes e maiores do que nós, mas a nossa vantagem está justamente na capacidade de pensar, de comunicar os nossos pensamentos e de realizá-los.

Confere aí!

Você sabia que pensar também queima calorias?

Em 1984, o *Campeonato Mundial de Xadrez* acabou sendo suspenso abruptamente devido ao quadro preocupantemente apresentando por Anatoly Karpov, um enxadrista russo que estava competindo pelo título. Como resultado da sua preparação durante os cinco meses anteriores ao evento, Karpov havia perdido 10 kg e começou a apresentar problemas, fazendo com que os organizadores da competição passassem a temer por sua saúde.

O mais curioso de tudo é que Karpov não estava sozinho em experimentar os efeitos físicos extremos de um jogo exclusivamente mental. Embora nenhum concorrente de xadrez tenha apresentado uma perda de peso tão profunda desde então, os jogadores de elite desse esporte podem queimar cerca de 6 mil kcal em um único dia! Consequentemente, isso levanta a possibilidade de que o simples ato de pensar também pode queimar grandes quantidades de calorias.

Mas, afinal de contas, por que o cérebro é responsável por essa captação maciça de energia? Será que manter um raciocínio constante pode ser um caminho simples para a perda de peso? Para entendermos melhor essas questões, precisamos entender, primeiramente, quanta energia é usada por um cérebro de uma pessoa “normal” e não por uma obcecada por xadrez.

Motortion Films/shutterstock.com



Para+

Para saber por que o cérebro consome tanta energia, acesse o código a seguir e confira o restante da matéria.



Você sabia que pensar também queima calorias?
Tricurioso

Para+

Você tem Fomo de quê?

A sigla Fomo, também grafada FoMO, vem do inglês e significa *Fear of Missing Out*, que seria algo como “medo de ficar de fora” (tradução livre). Trata-se de uma condição que tem sido reparada por cientistas das áreas da saúde e da comunicação. Ela diz respeito a uma sensação de angústia por parte do usuário da Internet, que poderia se sentir atrasado ou em falta com as coisas que gostaria de fazer. O Fomo pode se manifestar quando, ao ver muitas fotos de viagens, festas e eventos em redes sociais, o usuário sente que apenas ele não está experimentando aquelas oportunidades ou que, por outro lado, quando muitas pessoas comentam sobre um assunto, ele está desinformado. Essa constante busca por estar inteiramente atualizado sobre tudo o que vem sendo dito e feito pode ocasionar na infodemia.

Para ver mais informações sobre o tema, acesse a reportagem no código ao lado.



FOMO | Entenda o que é a ansiedade relacionada ao mundo das redes sociais
Canal Tech

Para+



Nomofobia: como lidar com o medo irracional de ficar longe do celular
VivaBem | UOL

A palavra **nomofobia** também surgiu do inglês, mais especificamente da expressão **no-mobile**, que significa “sem telefone celular”. Ela designa uma sensação de pânico causada pelo distanciamento desse dispositivo, que se tornou tão importante nas nossas vidas. Então, se já aconteceu de você sentir que deixou uma parte de si em casa ao esquecer o celular quando saiu ou fica muito nervoso quando não consegue acessar o aparelho para se manter por dentro de tudo que vem acontecendo, tome cuidado, pois você pode estar desenvolvendo nomofobia.

No código ao lado, leia a matéria sobre nomofobia e confira dicas de como utilizar os aparelhos móveis de forma mais saudável.

Os pensamentos da humanidade foram capazes de desenvolver soluções para problemas diversos, como remédios para questões de saúde; casas, roupas e máquinas para nos proteger do frio ou do calor; barcos, carros ou aviões para garantir que percorramos longas distâncias em um curto espaço de tempo; e, o mais importante, desenvolveram também reflexões, normas e ideias que ajudam a nos relacionar uns com os outros.

O nosso cérebro é exercitado quando tentamos resolver um problema de Matemática, quando estamos diante de uma charada, quando nos lembramos de uma letra de música, quando conversamos com alguém, quando assistimos a um programa na televisão... enfim, ele funciona sempre que pensamos, e nós pensamos o tempo todo.

Mas, ainda que estejamos sempre pensando, isso não significa que nosso cérebro seja capaz de realizar grandes esforços sem parar. Assim como qualquer outra parte do nosso corpo ou qualquer máquina, ele precisa alternar momentos de trabalho intenso e momentos de relaxamento. Sem o trabalho intenso, o cérebro não desenvolveria toda a sua capacidade, mas, sem os momentos de relaxamento, ele se esgotaria muito rapidamente.

Depois de entender esses aspectos, podemos voltar a tratar do excesso de informações. Quando somos atingidos por atualizações constantes e quando não sabemos diferenciar o que é importante do que é interessante, podemos expor nosso cérebro a um constante estado de estímulo, exigindo que ele fique alerta até quando é necessário descansar.

O resultado é a sensação de cansaço, ansiedade e, muitas vezes, estresse. Nós nos sentimos cansados, pois nosso cérebro é muito demandado; ansiosos, porque estamos sempre à espera de que algo novo aconteça; e estressados, pois não conseguimos processar todos os estímulos que são oferecidos para nós e continuamos tentando, desconsiderando a nossa necessidade de descanso.

Para+

5 coisas que o seu cérebro faz enquanto você dorme

Nós passamos cerca de um terço de nossas vidas dormindo, uma atividade tão crucial para a nossa saúde e bem-estar como nos alimentar.

Mas por que exatamente nós precisamos dormir ainda não está claro. Nós sabemos que descansar nos deixa mais energizados e melhora o nosso humor, mas o que realmente está acontecendo em nosso cérebro e corpo quando estamos descansando?

Para descobrir o que o seu cérebro faz enquanto você dorme, acesse o código a seguir.



Clínica do Sono



Quando nos encontramos nesses estados, é importante destacar que não temos as mesmas capacidades de raciocinar que temos quando estamos descansados. Muitas vezes, por estarmos exaustos, não conseguimos realizar atividades simples, ficamos impacientes e temos uma evidente redução das nossas capacidades de entender e solucionar problemas.

Algumas vezes, o excesso de informação faz também com que acabemos desistindo de saber o que acontece. Ele ajuda a explicar o porquê de algumas pessoas perceberem o direito à informação como uma obrigação. Como a busca por informações costuma ser cansativa e estressante, as pessoas podem atribuir ao direito à informação um caráter penoso e desagradável.

Por fim, ainda podemos afirmar que o excesso de informações conduz à desinformação, pois privilegia a quantidade no lugar da qualidade. Entender o mundo que está à nossa volta requer muito mais compreender as estruturas da sociedade do que saber de cada pequena novidade que se desenrola. Essa afirmativa não quer dizer que devemos ignorar os acontecimentos novos, mas, sim, que as atualizações devem ser recebidas em função do que representam.

Não basta saber que um “Aplicativo estimula e remunera conversas sobre moradia saudável” (*Folha de S.Paulo*, 7 de março de 2022), é preciso saber qual é a situação das moradias no Brasil, por que essa área é importante, o que de positivo e de negativo pode ocorrer a partir da adesão de moradias saudáveis para a população, entre outros aspectos. Em resumo, estar bem informado depende menos de um excesso de informações e mais da amplitude de informações e da boa compreensão do que significam.

Assim, estar informado não diz respeito a ter todas as informações, mas a ter acesso a informações amplas, que ajudem a explicar a realidade. Além de que a boa informação não pode ignorar o tempo para descanso e relaxamento. Para alcançar esses dois objetivos, vamos propor seis dicas. A boa notícia é que é bem mais fácil do que parece.

Tenha um momento informativo

É verdade que sempre há acontecimentos se desenrolando, e, por isso, nunca saberemos de tudo. Essa afirmativa, entretanto, não é motivo para que busquemos informações sem parar, até porque já aprendemos que o cérebro precisa de momentos de descanso. No lugar de viver coletando informações e expor a nossa mente a um constante estado de esforço, devemos ter uma rotina informativa, isto é, devemos separar um momento para buscar informações.

Para+

A reportagem a seguir aborda o crescimento alarmante de crises de ansiedade, um transtorno que tem afetado muitas pessoas no século XXI e cuja origem está bastante relacionada à quantidade e à velocidade de informações circulando ao nosso redor. Acesse o código a seguir para saber mais.



Uso abusivo dos smartphones está causando uma epidemia de ansiedade, depressão e dores
Gazeta do Povo

Quem não dorme bem se dá mal. Dormir menos que o necessário pode prejudicar você dos pés à cabeça.

De fato, um estudo realizado no Reino Unido mostrou que, em uma semana, dormindo menos de seis horas por noite, o organismo resultou em modificações em mais de 700 genes.

Para descobrir o que pode acontecer com seu corpo quando você dorme menos do que necessita, acesse o código a seguir.



O que acontece com o corpo quando não se dorme o suficiente
Exame

Esse momento pode ser logo cedo, antes de ir para a escola, depois do almoço ou algumas horas antes de dormir. Na verdade, não importa a hora do dia; o que importa é dedicar um tempo para buscar informações. O tempo também não precisa ser longo; não estamos falando da manhã inteira, mas, sim, de meia hora ou uma hora, um pouco menos ou um pouco mais, a depender do dia e da sua disponibilidade.

Não é necessário muito tempo, pois, com o hábito da leitura, percebemos que muitas informações se complementam e até se repetem. Se nos informamos, em um dia, sobre uma investigação envolvendo um membro do governo ou sobre um projeto de reforma que visa modificar direitos, nos dias seguintes precisaremos apenas atualizar nossos conhecimentos, ou seja, saber do avanço das investigações, assim como do que aconteceu de novo no projeto de reforma.

Uma vantagem das informações importantes em relação às interessantes é que elas não se fazem e se desfazem de uma hora para a outra. Toda situação realmente séria, que implica em mudanças e impactos, costuma precisar de muito tempo para se desenvolver. Também por isso não é preciso ter pressa, afinal o mundo não vira de cabeça para baixo de um dia para o outro. Diante de situações complexas, é possível ir avançando aos poucos no que é preciso saber.

Selecione fontes de sua preferência

No seu momento informativo, você pode consumir informações de várias fontes ao mesmo tempo: é possível abrir mais de uma página de Internet, ligar o rádio enquanto lê uma revista ou deixar a TV transmitindo um noticiário enquanto você lê um jornal impresso, no caso de alguém na sua casa ter uma assinatura. Com a criação do hábito de um momento de leitura, acabamos desenvolvendo também a preferência por alguns veículos e formatos.

O importante, nessa regra, é priorizar informações jornalísticas e não se informar por apenas um veículo. As informações jornalísticas devem ser priorizadas porque passam por um processo de produção para garantir que são relevantes, plurais, corretas e de fácil compreensão. Quem produz as informações jornalísticas são profissionais que aprende-

ram técnicas e teorias necessárias para executar bem a tarefa de informar. Sem jornalistas profissionais e sem veículos de comunicação, corremos o risco de obter informações sem qualidade.

Mesmo ao nos informar por veículos jornalísticos, também não podemos deixar de comparar notícias. Por esse motivo, é importante acessar mais de uma fonte e observar o que é dito em cada uma delas. Ao recorrermos a mais de um veículo, reduzimos o risco de ficar dependentes de uma visão ou de desconhecer algum assunto.

Além disso, nesse processo de seleção das fontes e de constante comparação das suas produções, vamos desenvolvendo as nossas próprias opiniões sobre os veículos jornalísticos e sobre os assuntos mais discutidos. Em uma situação na qual os veículos têm opiniões diferentes sobre um assunto, acabamos tendo acesso a mais argumentos e, dessa forma, a meios para desenvolver opiniões mais sólidas. Ao mesmo tempo, o hábito da leitura nos permite reconhecer qual jornal é mais completo ou qual traz as melhores análises.

Na seleção das fontes, também podemos incluir jornalistas, colunistas e pensadores. Saber o que pessoas bem informadas e inteligentes estão lendo ou comentando pode ser de grande ajuda para nós. É claro que não devemos nos limitar ao que essas pessoas dizem, mas podemos acrescentar essa forma de informação à nossa lista.

Para facilitar, também podemos usar a tecnologia a nosso favor. A maior parte dos veículos de comunicação tem contas em redes sociais, faz vídeos indicando os temas mais relevantes e até transmite discussões. Informar-se não precisa (nem deve) ser uma atividade cansativa e monótona.

Comece pelo importante e siga para o interessante

No capítulo anterior, falamos sobre essa diferenciação. É preciso que façamos a gestão do nosso tempo, priorizando as notícias de maior relevância e, depois, consumindo informações sobre temas que nos interessam. De início, volte-se para as questões que trazem implicação para a vida em sociedade e, na sequência, adicione informações de assuntos do seu interesse. Sabemos que as notícias importantes são essenciais para a democracia, e, por isso, ignorá-las não é possível — nem seria prudente.

Agora, devemos acrescentar que as notícias interessantes também não devem ser ig-

Para+

Disponibilizamos uma lista dos principais jornais do Brasil, incluindo os do seu estado. Para lê-los em formato digital, acesse o código a seguir.



Jornais online
Site SA

noradas, isso porque os assuntos que são interessantes para nós costumam nos trazer relaxamento. Como vimos, esse relaxamento é essencial para manter a nossa mente equilibrada e longe da ansiedade e do estresse.

Assim, depois de separar um tempo e escolher os veículos jornalísticos, é preciso também dar atenção aos assuntos interessantes e ler o que nos agrada. Não deixe de se informar sobre música, esportes, artes, moda, literatura nem sobre qualquer outro assunto que seja do seu interesse, desde que não viole a privacidade e os direitos das outras pessoas.

Para+

Como seria se usássemos toda a capacidade do cérebro?

Nosso cérebro é o sistema de controle do corpo, que diz o que devemos fazer, e que até fala para o seu coração continuar a bater, porém nós não usamos toda a capacidade dele.

Para assistir ao vídeo de como nosso cérebro funciona, acesse o código a seguir.



*E se usássemos 100% do nosso cérebro?
Incríve*

Para+



O Manual do Mundo é um canal no YouTube e *website* brasileiro especializado em conteúdo de entretenimento que mostra, por meio de curiosidades e experimentos, que há sempre um caminho mais interessante e divertido para aprender sobre as coisas ao nosso redor.

Para conferir o canal Manual do Mundo no YouTube, acesse o código a seguir.



Por que a areia da praia seca quando pisamos?

Cheque e compreenda o que você lê

Ao comparar veículos e priorizar aqueles que são empresas jornalísticas, já estamos em uma situação privilegiada quanto à checagem. Ainda assim, se restarem dúvidas, é possível pesquisar em outros veículos, entrar em contato com os jornais ou acionar agências de checagem de fatos, também conhecidas como **agências de fact-checking**. No Brasil, são exemplos de agências que fazem a checagem de informações a Agência Lupa, o projeto *Aos Fatos* e o *Projeto Truco*.

Já no caso de ser uma informação vinda de uma fonte não confiável, como uma notícia enviada por rede social ou um possível boato, a checagem se torna ainda mais urgente. Desconfie de qualquer informação sensacionalista demais e busque suas fontes para começar a resolver a dúvida; depois disso, fica muito mais difícil nos enganarmos.

Além da checagem, que busca verificar se a notícia é real, também precisamos compreender as informações. É possível que, por falta de conhecimento de alguma área, uma notícia não seja tão clara para você. Nessa situação, é preciso buscar apoio externo.

Faça pesquisas na Internet sobre o tema e procure pessoas capazes de explicá-lo. Seus pais, seus professores e seus irmãos mais velhos podem ser de grande ajuda, pois você pode dizer a sua dificuldade, e, com base nela, eles podem pensar em formas de ajudá-lo a compreender os assuntos.

Comente com amigos e familiares o que você leu

Essa regra é importante por dois motivos: primeiro, ela nos ajuda a fixar as informações; e, segundo, ela faz com que o ato de se informar não seja algo limitado a nós. Ao transmitir para alguém as informações que obtemos, entramos em contato com a informação novamente, mas, dessa vez, de uma forma menos desgastante e mais descontraída. Nessa repetição, temos a possibilidade de repensar e até aprofundar a nossa visão.

Além disso, em uma conversa, não é só o nosso pensamento que importa. Quando conversamos, ouvimos também a opinião dos outros, sabemos também das leituras que eles fizeram e das certezas e dúvidas que eles têm. Por meio do conhecimento dos outros, nós consolidamos o nosso, seja para ser oposto, seja para validar, seja para mudar de ideia.

De uma forma ou de outra, ao conversar com amigos e familiares, nós damos vida à informação e, nessa troca, vamos consolidando e ampliando o nosso conhecimento, que é justamente o uso que fazemos desse repertório para tomar decisões e agir. Costuma ser muito mais simples estar informado quando temos alguém com quem conversar. Vale lembrar, também,

Para+

Para confirmar a veracidade de informações ou possíveis casos de *fake news*, acesse o código a seguir.



Agência Lupa
Folha de S.Paulo

que um dos motivos de o direito à informação ser um direito fundamental é o fato de ele ser essencial para a vida digna. Faz parte de uma vida digna a troca de ideias de maneira respeitosa; assim, conversar com amigos e familiares sobre as informações obtidas é também uma forma de exercitar o nosso direito à informação.

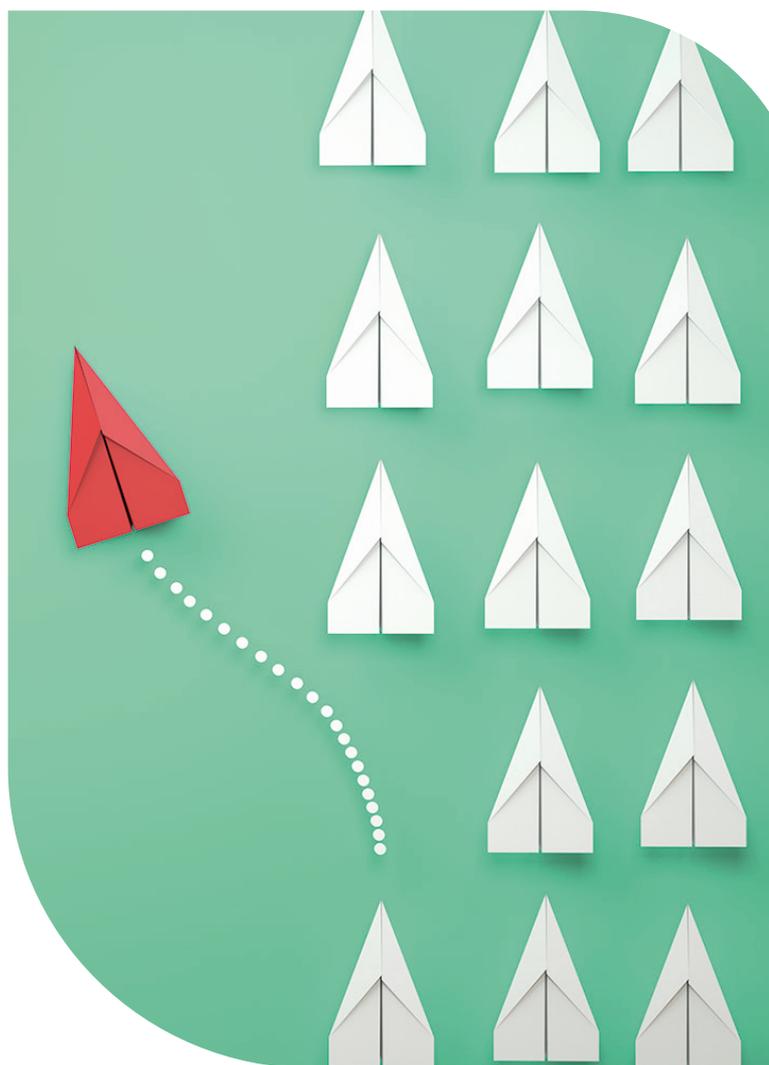
No caso de novidades, escolha adiantar ou adiar

Essa regra nos leva de volta para a primeira e procura fechar um ciclo. Mesmo tendo um momento informativo, algumas vezes, notícias chegarão ao seu alcance fora do tempo reservado, afinal, os acontecimentos estão sempre se desenrolando. Diante das novidades e da nossa disposição física, podemos nos deixar levar pela curiosidade e adiantar alguma leitura ou observação, assim como podemos reservar o assunto para o momento informativo seguinte.

Nesse sentido, só é importante não ultrapassar o limite da disposição, isto é, não se forçar a ler ou ouvir uma notícia em um momento de cansaço. Nosso momento informativo espera por nós; assim, não é preciso ceder ao impulso de saber de tudo imediatamente. Muitas vezes, o tempo é necessário também para que os veículos de informação apurem e amadureçam a notícia.

Em resumo, essa regra procura estabelecer que a curiosidade não é um problema; pelo contrário, é uma característica muito importante para incentivar a boa informação. Ainda assim, essa curiosidade não deve ser motivo para ignorarmos a nossa rotina informativa e, muito menos, nossas necessidades de descansar.

Colocar em prática essas seis dicas não exige muito esforço nem muitas habilidades, apenas um pouco de compromisso. E esse compromisso, como vimos, oferece recompensas. Por um lado, estar bem informado nos abastece de saberes necessários para exercermos a nossa cidadania, leva-nos a conhecer nossos direitos e deveres e estimula-nos a desenvolver formas de ação em sociedade. Por outro lado, manter-se atualizado sobre assuntos do nosso interesse também permite que criemos laços com pessoas com gostos semelhantes aos nossos, além de nos relaxar e equilibrar os esforços da nossa mente.





Agora é sua vez!

1. (Uenp) “Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do Planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas de informação são, principalmente, utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares.”

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Com base no texto e nas informações que você obteve, assinale a alternativa **correta**.

- a) Por conta dos interesses econômicos das empresas de comunicação, a melhor estratégia é buscar por notícias não jornalísticas, principalmente aquelas divulgadas por parentes e amigos.
 - b) Não é verdade que haja interesses influenciando na produção de notícias; por isso, para estar bem informado, basta procurar um veículo de comunicação e ler todo o conteúdo publicado por ele.
 - c) Ainda que os veículos de comunicação, como as empresas jornalísticas, tenham interesses particulares, que são os interesses dos seus proprietários, não é possível deixar de se informar por meio deles. Para minimizar a influência desses interesses, uma estratégia é não depender de apenas uma fonte de informação e, constantemente, comparar as informações veiculadas.
 - d) As empresas de comunicação devem ser as únicas fontes de informação da população, uma vez que são plenamente confiáveis.
 - e) Não há qualquer diferença de qualidade entre as informações jornalísticas e as informações produzidas livremente na sociedade, uma prova disso é a grande disseminação de *fake news*.
2. A Internet multiplicou os canais de informação. Se, no passado, a transmissão de informações dependia de máquinas caras, veículos de comunicação e profissionais especializados, na atualidade é muito mais simples. Os celulares, que já são parte da nossa realidade, vêm equipados com câmeras para fazer fotos e gravar vídeos, bem como com gravadores de som. Somado ao fácil acesso à Internet e à popularização das redes sociais, qualquer pessoa pode se transformar em um produtor e divulgador de informações.

Um aspecto positivo dessa possibilidade diz respeito à redução da dependência dos meios de comunicação tradicionais: veículos jornalísticos alternativos têm mais facilidade para se organizar. Mas, do ponto de vista negativo, é possível destacar a produção excessiva de informações, que se relaciona tanto à falta de qualidade

quanto a um contraditório processo de desinformação. Sobre o grande fluxo informacional da atualidade, responda às perguntas seguintes.

a) Por que o excesso de informações pode conduzir à ansiedade e ao estresse?

b) Como o excesso de informações pode contribuir para a desinformação?

c) Diante do excesso de informações, a solução mais adequada seria deixar de se informar? Justifique sua resposta.

d) Por que as fontes não jornalísticas devem ser vistas com cuidado no momento de se informar?

e) Por que é importante não depender de apenas uma fonte de informação, mesmo sendo uma fonte jornalística?

3. A *Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação* foi um evento patrocinado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que ocorreu na cidade de Genebra, em 2003. O encontro resultou em uma declaração de princípios que afirma, entre outros, o compromisso com a construção de uma “Sociedade da Informação voltada para as pessoas, inclusiva e orientada para o desenvolvimento, em que todos possam criar, acessar, utilizar e compartilhar informação e conhecimento, permitindo a pessoas, comunidades e povos empregar todo o seu potencial na promoção do desenvolvimento sustentável e da melhor qualidade de vida, com base nos propósitos e princípios da *Carta das Nações Unidas*, respeitando plenamente e defendendo a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*”.

Essa cúpula toma como evidente que já vivemos em uma Sociedade da Informação, mas que ela não pode ser classificada como dada, ou seja, não deve ser aceita como uma realidade posta, mas, sim, ser conduzida para a ampliação de suas possibilidades em benefício da humanidade e para a redução de eventuais problemas.

Na Sociedade da Informação, não é possível deixar de se informar, mas também não é interessante negligenciar a qualidade de vida em prol de um fluxo informativo constante. Uma possibilidade para balancear a necessidade de se informar e a necessidade de ter tempo de qualidade fora dos estímulos comunicacionais é ter uma rotina informativa. Sobre esse tópico, responda às questões a seguir.

a) Qual é a principal vantagem de se estabelecer uma rotina informativa?

b) Durante a rotina informativa, que informações podem ser acessadas?

c) Durante a rotina informativa, devemos priorizar a quantidade de informações ou a qualidade? Justifique sua resposta.

d) A rotina informativa requer pressa? Justifique sua resposta.

e) Quem segue uma rotina informativa pode acessar informações em outros momentos? Justifique sua resposta.

4. Sobre os hábitos que devem estar envolvidos em uma rotina informativa, assinale o que for **correto**.

- a) A rotina informativa é útil por ser um período sem distrações em que podemos acessar todas as informações que conseguirmos. No tempo dedicado à informação, a melhor estratégia é ler, ouvir ou assistir ao maior número de notícias possível.
- b) Como a rotina informativa tem um horário para acontecer, não devemos nos informar ou pensar nas informações depois, por isso não é aconselhável comentar as notícias com os amigos.
- c) Uma vantagem de comentar as notícias com amigos e familiares é a imposição do seu ponto de vista sobre o deles. É possível transmitir as informações de forma a fazê-los concordar com a sua opinião.
- d) Uma desvantagem de comentar notícias com amigos e familiares é ter de ouvir pontos de vista diferentes dos seus. A solução é conversar apenas com aqueles que concordem com as suas ideias.
- e) A interpretação e a checagem do que foi lido é importante. Se em algum momento uma informação não parece confiável ou se não conseguimos compreendê-la, devemos consultar outras fontes, seja com outros meios, agências, amigos, familiares, seja com professores que possam esclarecer as nossas dúvidas.

O fim e o recomeço



A pergunta que norteou esta jornada recebeu um conjunto diverso de respostas. Vimos que a informação serve para a dignidade das pessoas e para levar ao conhecimento de outros direitos. Vimos também que a importância não se limita à pessoa, pois a informação serve à democracia, ao relacionamento com os nossos semelhantes e à construção de uma sociedade mais equilibrada, na qual direitos e deveres são conhecidos e respeitados.

Também falamos que o direito à informação está associado ao fortalecimento de lutas sociais. Por mais que a liberdade de expressão seja essencial, ela não pode ser exercida plenamente sem o direito à informação. Estar bem informado é o princípio da ação, pois sem informação nossa expressão pode ser orientada por necessidades e opiniões que não as nossas.



A importância da informação para uma vida digna e plena nos faz pensar que a superprodução de informações pode ser uma vantagem, mas vimos que não é bem assim. Por mais que a Internet tenha facilitado o surgimento de novos meios de comunicação e tenha reduzido os custos para produzir e disseminar notícias, o excesso de informações precisa ser visto com cautela, principalmente quando nos referimos à nossa relação com esse excesso.

O problema não é, de fato, que se produza muito, mas que essa produção, maior do que podemos consumir, seja causa de aflição. Estamos diante de uma produção tão ampla que não é possível estarmos informados sobre tudo. A vantagem, porém, é que aprendemos que não há motivos para preocupação, afinal, estar bem informado não é

saber tudo, mas saber do que interfere e impacta na nossa vida.

Para aprender a privilegiar algumas informações e renunciar a outras, falamos da distinção entre o que é importante e o que é interessante; apresentamos indícios do malefício de não respeitar a necessidade de descanso da nossa mente e demos seis dicas simples que podem auxiliar na nossa organização.

Vimos, por exemplo, que é preciso dedicar um tempo à informação, descobrir fontes de nossa preferência, começar pelo importante e seguir para o interessante, além de checar e compreender o que foi lido, compartilhar as informações com os que estão à nossa volta e, por fim, pensar sempre se é necessário ultrapassar os limites.

Portanto, é necessário ter calma e paciência, ir além da novidade imediata, questionar-se sobre a veracidade dos acontecimentos e, principalmente, não desconsiderar nossa disposição física ou a nossa necessidade de descanso. O compromisso que devemos assumir, neste fim que é um recomeço, é o de prezar pelas informações importantes, como forma de garantir dignidade e democracia, mas sem esquecer que é impossível saber de tudo e que a pressão de obter o máximo de informações não é nada saudável. Assim, seguimos conscientes do que é importante e interessante e preparados para escolher, em qualquer momento, a qualidade no lugar da quantidade.

Reprodução.



Pintura intitulada *Leitura* (1892), de Almeida Júnior.



Referências

BERTRAND, Claude-Jean. *O arsenal da democracia: sistemas de responsabilização da mídia*. Bauru: Edusc, 2002.

CITELLI, Adilson et al. (orgs.). *Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores*. São Paulo: Contexto, 2014.

GOMIS, Lorenzo. Do importante ao interessante: ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo. *Revista Pauta Geral*, Ano 9, n. 4, 2002.